



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ
Direção de Ensino



Projeto Pedagógico de Curso
CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO
CULTURAL DE NÍVEL MÉDIO EM
ITINERÁRIO INTEGRADO

Rio de Janeiro, fevereiro de 2025



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Estrutura Organizacional

Diretorias Sistêmicas e Chefias pertinentes da unidade Maracanã (sede)

Direção-Geral

Prof. Maurício Saldanha Motta

Vice Direção

Prof. Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretoria de Ensino - DIREN

Prof.^a Dayse Haime Pastore

Departamento de Ensino Médio e Técnico - DEMET

Prof. Irene de Barcelos Alves

Chefe do Departamento de Educação Superior

Diego Moreira de Araújo Carvalho

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Ronney Arismel Mancebo Boloy

Diretora de Extensão

Renata da Silva Moura

Diretora de Administração e Planejamento

Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretora de Gestão Estratégica

Célia Machado Guimarães e Souza

Estrutura organizacional da UnED Maria da Graça

Diretor da Uned Maria da Graça

Prof. Dr. Saulo Santiago Bohrer

Gerente Acadêmica da Uned Maria da Graça

Prof. Dr. Rebeca Cardozo Coelho

Gerente Administrativa da Uned Maria da Graça

Christiane Rocha Pereira



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Coordenador do Curso Técnico em Segurança do Trabalho da Uned Maria da Graça

Prof. Dra. Beatriz Teixeira

Coordenador do Curso Técnico em Manutenção Automotiva da Uned Maria da Graça

Prof. Ms. Eden Rodrigues Nunes Junior

Coordenador do Curso Técnico em Automação Industrial da Uned Maria da Graça

Prof. Ms. Jair Medeiros Junior

Coordenador do Curso Técnico em Produção Cultural da Uned Maria da Graça

Prof. Dr. Luciano de Melo Dias

Coordenador do Ensino Médio Integrado da Uned Maria da Graça

Prof. Dr. Patrícia Haryella Amantino Manso

Revisão Pedagógica

Diretoria de Ensino

Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Ensino

Allane de Souza Pedrotti

Ana Letícia Couto Araújo

Cristiane do Nascimento Gomes Borges

Danila Tavares Amato

João Antonio Miranda Tello Ramos Gonçalves

Saped Uned Maria da Graça

Arlene Vieira Trindade (Assistente Social)

Camila Avelino Cardoso (Pedagoga)

Luiz Henrique da Silva Ramos (Técnico de assuntos educacionais)

Rubens Ferrão Borsoi

Wander Mendonça da Costa e Silva



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA





CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

I. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	5
II. HISTÓRICO DA UNIDADE MARIA DA GRAÇA.....	6
III. CONCEITO DE CULTURA.....	8
IV. APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	9
1. ASPECTOS SISTÊMICOS.....	13
1.1. Requisitos e formas de acesso.....	13
1.2. Organização curricular.....	14
1.2.1. Formação Geral Básica.....	14
1.2.2. Núcleo Tecnológico.....	17
1.3. Critérios e Procedimentos de Avaliação.....	18
1.3.1. Avaliação do rendimento escolar	18
1.3.2. Verificação do aproveitamento.....	18
1.3.3. Apuração da média final.....	19
1.3.4. Recuperação Paralela.....	20
1.3.6. Assiduidade.....	20
1.3.7. Aprovação e Reprovação.....	20
1.3.8. Dispensas, isenções e aproveitamentos de estudos.....	20
1.3.9. Disposições gerais e transitórias.....	20
1.3.10 Práticas Profissionais e Estágio Supervisionado.....	20
1.3.11. Certificados e Diplomas.....	24
V. PLANO DE CURSO: TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL	
.....	24
2.1. Identificação e Dados Gerais e apresentação do Curso.....	24
2.2. Possibilidades de temas a serem abordados na formação.....	25
2.3. Possibilidades de atuação.....	25
2.4. Infraestrutura.....	25
2.5. Justificativa e Objetivos.....	26
2.6. Perfil do Profissional Egresso.....	30
2.7. Organização curricular.....	31
2.8. Ementas de Disciplinas do Itinerário Técnico e Profissional.....	37



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

2.9. Perfil do Corpo Docente – Produção Cultural.....	47
VI. PLANOS DE CURSO DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	51
3.1. Ementas – Disciplinas da Formação Geral Básica	51
3.2. Perfil do Corpo Docente – Formação Geral Básica.....	75
III. REFERÊNCIAS.....	77





CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

I. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL

Modalidade: Educação presencial

Autorização: Resolução CODIR n. 61 de 2024.

Ano de início do funcionamento do Curso: fevereiro de 2025

Tempo mínimo de integralização: 3 anos

Autorização: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da #Resolução CNE/CEB nº 2 , de 15 de dezembro de 2020.

Regime acadêmico: Anual, dividido em Trimestres

Número de vagas oferecidas: Mínimo de 20 vagas e máximo de 30

Carga-horária total do Curso: 3328 horas

Coordenação de curso: Prof. Dr. Luciano de Melo Dias

Endereço: Rua Miguel Ângelo 96, Maria da Graça, Rio de Janeiro, RJ.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

Uned Maria da Graça

CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL

Rua Miguel Ângelo, 96 – Maria da Graça, RJ

Contatos: E-mail: Telefone: (21) 32797913

Email: direção.mariadagraca@cefet-rj.br

www.cefet-rj.br



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

II. HISTÓRICO DA UNED MARIA DA GRAÇA

Em 1997, com a possibilidade de ampliar o seu espaço físico e de atuação em áreas de interesse da educação profissional na cidade do Rio de Janeiro, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) assumiu, patrimonialmente, o prédio do Governo Federal em que funcionava uma gráfica da extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que, por sua vez, tinha absorvido os programas da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME/MEC).

Localizada à Rua Miguel Ângelo, nº 96, no bairro de Maria da Graça, a antiga fábrica de material escolar passou, desde então, a integrar a infraestrutura física do Centro, ganhando, já em 1999, a designação de *campus* Maria da Graça. Nesse ano, desenvolveu-se um primeiro plano de ocupação desse espaço, gerador, entre outras iniciativas, do convênio firmado entre o CEFET/RJ e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEE-RJ), da implantação do Núcleo de Tecnologia Automotiva (NTA) e da implementação do Plano Acadêmico Plurianual (2000-2002) para a Unidade. Este previa a oferta de ensino médio e cursos técnicos, de educação profissional de nível médio e educação de jovens e adultos, além do desenvolvimento de projetos de extensão.

A demanda de expansão e potencialização das ações educativas da Uned Maria da Graça e a implantação do Ensino Integrado certamente veio permitir a ampliação e progressiva otimização das ações ali implementadas, corroborando a política pública para a educação profissional preconizada pelo atual governo ao entender que a educação profissional e tecnológica tem compromisso com a redução das desigualdades sociais, com o desenvolvimento socioeconômico e com a vinculação à educação básica e a uma escola pública de qualidade (MEC/SETEC, 2003).

A Uned Maria da Graça ocupa uma área de terreno de 7.212,96m². A edificação nesse terreno comportava a indústria gráfica com uma planta central, cinco galpões, um setor de almoxarifado e transporte, um setor administrativo e um setor de assistência médica, totalizando 7.386,68m² de área construída. O plano de ocupação desse espaço – convertendo sua função de produção material em função de ensino-aprendizagem – exigiu medidas de aproveitamento, com obras e alguns serviços de adaptação.

O espaço edificado está sendo apenas parcialmente ocupado pelas atividades educacionais, conforme se pode observar na Figura 1.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

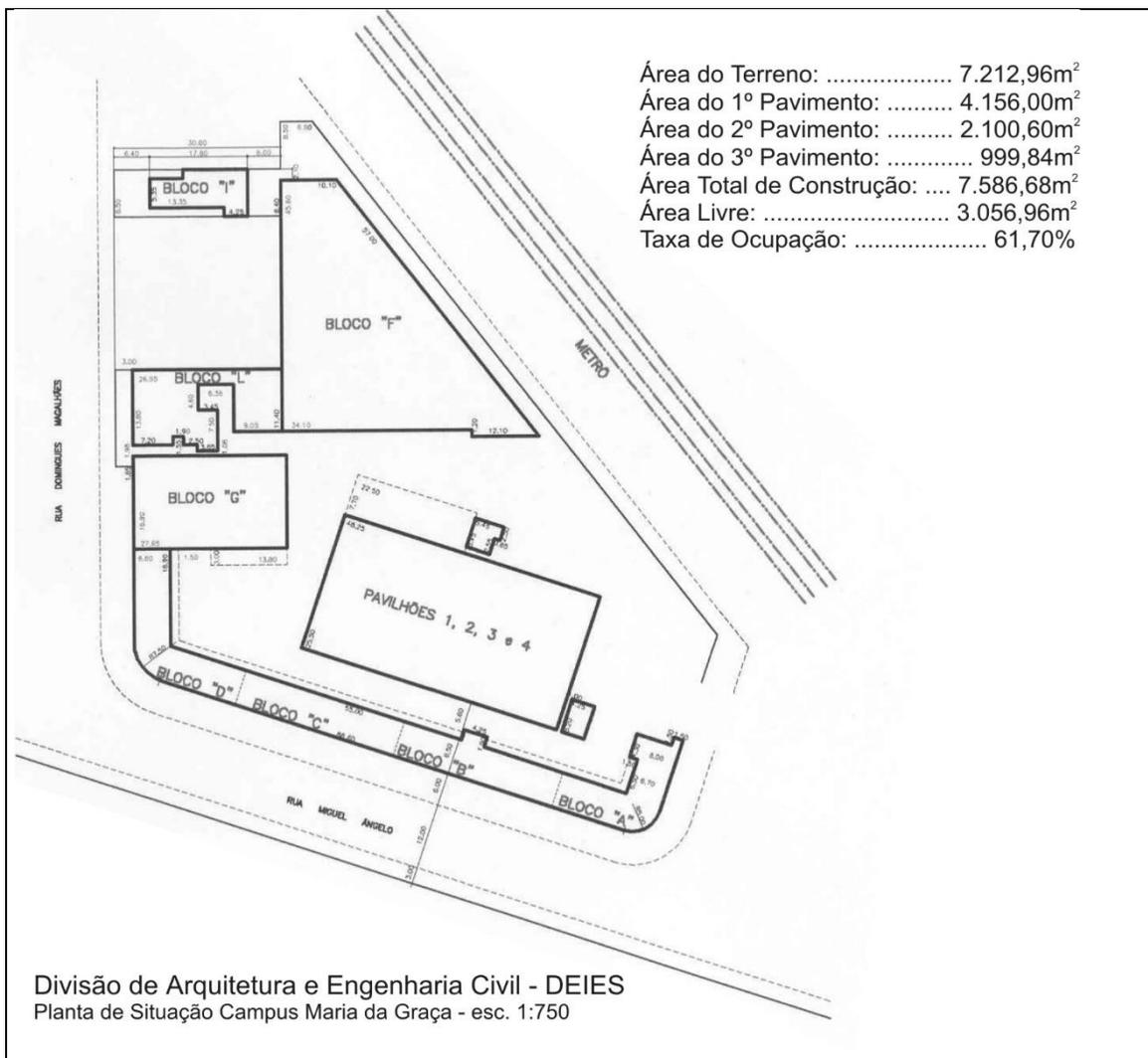


Figura 1: Planta de situação da Uned Maria da Graça do CEFET-RJ.

É incontestável o valor atribuído pela sociedade à formação desenvolvida nos cursos técnicos da rede federal de ensino. O CEFET/RJ é herdeiro desse reconhecimento desde o tempo da antiga Escola Técnica Nacional, sucessivamente denominada Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro, Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. As vagas para os cursos técnicos sempre foram disputadas pelos candidatos, resultando nos concursos um elevado quantitativo de demanda em relação à oferta.

Assim sendo, a Unidade Maria da Graça oferece três cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Automação Industrial, Manutenção Automotiva e Segurança do Trabalho; dois cursos técnicos subsequentes em Segurança do Trabalho e Sistemas em Energias Renováveis; um curso superior de Bacharelado em Sistemas da Informação. Tal configuração constitui uma quantidade aproximada de 800 alunos.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

III. CONCEITO DE CULTURA E PRODUÇÃO CULTURAL

O conceito de cultura abarca uma ampla gama de manifestações, e pode ser observado através da antropologia, da sociologia ou da filosofia, considerando a religião, a arte, a ciência, a moral, entre outros aspectos. Podemos tomar como referência o conceito de Cultura elaborado pelo antropólogo Roger Keesing (1974) para compreendermos a sua abrangência de reflexão:

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante. (KEESING, 1974).

Por compreendermos que a Cultura, em seus múltiplos conceitos, se apresenta como uma forma característica de expressão da existência humana, procurando regular as formas de comunicação e convivência entre os indivíduos em uma sociedade, destacamos a cultura da arte como uma das expressões responsáveis pela formação de conceitos estéticos na história da humanidade.

As principais formas de expressão da arte no mundo contemporâneo estão relacionadas em múltiplas manifestações: música, teatro, dança, cinema, pintura, escultura, arquitetura, fotografia, literatura, história em quadrinhos (HQ), jogos eletrônicos, arte digital, entre outras.

A fruição da obra de arte é realizada por um público determinado, enquanto a sua produção pode ser relegada a um indivíduo, a um grupo de artistas ou produtores culturais. É exatamente nesse contexto que ressaltamos a função primordial da Produção Cultural, responsável por conectar o artista com o seu público.

A Produção Cultural compreende todas as ações realizadas para a organização e promoção de eventos e produtos artísticos, como concertos, shows, espetáculos, gravações fonográficas, produções de vídeo, peças teatrais, óperas, design, edições literárias, vernissages, exposições, preservação do patrimônio histórico, *grafitte*, festivais de música, festivais de cinema, festivais de dança, entre outras atividades.

As relações existentes entre os principais atores existentes no setor cultural brasileiro podem ser observadas no quadro abaixo, elaborado a partir de um estudo desenvolvido por Gisele Jordão (2014):



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA



Fonte: JORDÃO, Gisele. Panorama Setorial da Cultura Brasileira. (2014, p.11).

A organização de um curso de Produção Cultural no CEFET/RJ poderá disponibilizar a formação técnica para jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro que desejem atuar profissionalmente no mercado cultural e na cadeia produtiva do setor, posto que a demanda desses profissionais é sempre requisitada pelos inúmeros espaços culturais existentes na capital fluminense ou em outras cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Salvador.

Trata-se de um setor amplo na cidade do Rio de Janeiro que está de forma muito bem desenhada no Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.¹

IV. APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O presente documento se constitui do Projeto Pedagógico de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Curso Técnico em Produção Cultural na forma integrada e presencial.

Este projeto, em conformidade com as Leis e Resoluções que orientam a educação brasileira atualmente, propõe-se a apresentar em uma única compilação os planos de cursos entregues pelos respectivos Coordenadores de Curso – e que estão disponíveis para apreciação – a esta Gerência Acadêmica, resultando na apresentação abaixo:

¹https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7927881/4214206/PlanoMunicipaldeCultura_acumulode200913.pdf em 03/06/2024.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Capítulo 1 - Aspectos Sistêmicos

Capítulo 2 - Plano de Curso: Técnico em Produção Cultural

Capítulo 3 - Plano do Núcleo Estruturante (Ensino Médio Integrado): Técnico em Produção Cultural

Capítulo 4 - Considerações Finais

A trajetória de implantação do ensino médio integrado na Uned Maria da Graça, sob a direção do professor Sergio de Mello Teixeira e gerenciamento acadêmico do professor Adriano Gatto Lemos de Souza, contou com a dedicação dos coordenadores de curso: os professores Cristiano Fuschilo, Antonino Pereira da Silva, Francisco Moysés de Carvalho Neto e os seus respectivos colegiados, além do Setor de Apoio Pedagógico, coordenado pela pedagoga Camila Avelino Cardoso.

Compreendemos que a evasão escolar dos/as alunos/as no Ensino Médio e na Educação Profissional é um relevante desafio que se coloca às instituições de ensino. Vivenciamos cotidianamente esta questão em nossa unidade escolar.

Em nosso contexto, são perceptíveis os esforços empreendidos pelos/as jovens e famílias que estudam em regime de concomitância externa. Além das despesas relativas ao transporte, à alimentação, à compra de uniformes e materiais, vemos ainda um grande quantitativo de alunos/as que estudam com uma intensa carga horária, em virtude da realização do ensino médio e técnico em instituições distintas, que, por sua vez, estão localizadas distantes de suas residências. Esses fatores têm interferido na permanência desses/as alunos/as em nossos cursos técnicos.

Associado a este cenário, observamos a dissociação dos conhecimentos trabalhados em ambas as formações – Médio e Técnico –, o que expressa a desarticulação curricular existente e pode levar ao desinteresse e à falta de identificação dos/as jovens com a escola.

O corpo de servidores docentes e técnico-administrativos da Uned Maria da Graça, através das discussões realizadas na Comissão do Projeto Político-Pedagógico (PPP), compreendeu que o projeto de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado pode oferecer possibilidades positivas ao combate da marcante evasão escolar e garantir a permanência dos (as) alunos (as) na instituição. Observou ainda uma oportunidade para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico articulado entre as áreas do conhecimento, com resultados mais positivos ao processo ensino-aprendizagem dos(as) alunos(as), e para a realização de práticas pedagógicas diversificadas.

Nesse contexto, em consonância com a atual conjuntura das políticas públicas voltadas à educação nacional, através da Comissão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Uned, foi proposta à Direção Geral do CEFET/RJ, a incorporação do corpo docente do Ensino Médio para que fosse possível implementar este projeto de ensino.

Assim, temos presentes como marcos orientadores deste presente projeto, as orientações explicitadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o qual ressalta a



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

função social desta instituição, apontando a compreensão da educação como prática social.

Em consonância com esta função social do CEFET/RJ, os cursos comprometem-se a promover formação integral por meio de uma proposta de educação profissional técnica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente, e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº9394/96, as unidades escolares que ministram esta etapa da Educação Básica devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as seguintes finalidades:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos.

Nesse sentido, o Projeto de Ensino Integrado da Uned Maria da Graça deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, inserido em uma perspectiva integradora, oferecendo, de forma articulada, uma educação atrelada aos princípios orientadores previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais²:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes

² Resolução CNE/CEB Nº 2/2024.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos sócio produtivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Compreendemos ainda que o presente documento constitui em uma versão aberta do projeto integrado que iremos implementar em virtude dos horizontes a serem considerados, como a incorporação do corpo docente do Ensino Médio.

Assim, com a integração dos novos docentes neste projeto, somado às experiências que teremos obtido, sobretudo, ao longo do próximo ano, temos a compreensão de que novos dados serão agregados e realimentarão o processo do ensino integrado em nossa Unidade.

Através dessas novas interações, conforme prevê a missão do CEFET/RJ³, buscaremos

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a interação com a sociedade, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

1. ASPECTOS SISTÊMICOS

1.1. Requisitos e formas de acesso

O acesso aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Uned Maria da Graça se dará através da participação dos estudantes interessados no processo seletivo de acordo com os editais anualmente publicados pelo CEFET/RJ, e estará aberto a qualquer indivíduo que apresente como escolaridade mínima o Ensino Fundamental completo.

O processo seletivo de classificação de candidatos aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio se dará mediante a realização de provas abrangendo as áreas de conhecimento da base nacional comum dos currículos do Ensino Fundamental⁴.

1.2. Organização curricular

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada ao Ensino Médio, na Uned Maria da Graça, ofertarão aos seus alunos(as), com matrícula

³ Disponível online em: <http://cefetrjcei.wordpress.com/>

⁴ Processo seletivo de ingresso do sistema CEFET/RJ de acordo com os editais.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

única na mesma instituição, a habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.

Utilizamos com referências importantes para esta sistematização a Organização Didática do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN, 2012), as Diretrizes para os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio da Unidade Maracanã, o Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio da Unidade Nova Iguaçu (2012); e os Referenciais Pedagógicos para a implantação do Ensino Médio Integrado da Unidade do Maracanã (2013).

Sob esta égide, as matrizes curriculares propostas estão organizadas em 2 (dois) Núcleos Politécnicos: Estruturante e Tecnológico. Assim, seguem:

1.2.1. Formação Geral Básica

Este núcleo volta-se aos conhecimentos da Formação Geral, que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)⁵, deverá basear-se em:

Art. 7º São princípios gerais que devem orientar a oferta do Ensino Médio:

- I - a igualdade de condições para acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - o respeito à liberdade e aos direitos;
- V - a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - a valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - a gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas dos sistemas de ensino;
- IX - a garantia de padrão de qualidade;
- X - a valorização, na escola, da experiência extraescolar; e
- XI - a articulação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 8º São princípios específicos que devem orientar a oferta do Ensino Médio:

- I - a formação integral e integrada dos estudantes, assegurando a articulação e a integração entre a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos, a interdisciplinaridade e a contextualização;
- II - a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- III - o reconhecimento, a valorização e a mobilização permanente e integrada das dimensões formativas próprias do mundo do trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura;
- IV - a justiça curricular e a busca permanente da equidade educacional;

⁵ Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

V - o reconhecimento e a valorização das diferenças e da diversidade dos sujeitos da ação educativa, nas múltiplas dimensões de suas identidades, experiências e singularidades;

VI - a afirmação, a valorização e a defesa da democracia e da cultura de promoção dos direitos humanos;

VII - a garantia de padrões adequados de aprendizagem e o desenvolvimento para todos os educandos e todas as educandas;

VIII - a garantia de processos de transição dos anos finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, considerando as necessidades, as singularidades e as especificidades dos educandos e educandas;

IX - a integralidade e visão sistêmica da proteção às trajetórias escolares no Ensino Médio, com garantia de ações para a permanência, aprendizagem e conclusão do Ensino Médio na idade adequada;

X - o trabalho como princípio educativo e pesquisa como princípio pedagógico;

XI - a indissociabilidade das dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia na formação dos educandos, considerando:

a) o trabalho, em todas as suas formas de organização e expressão, na perspectiva ontológica de transformação da natureza e criação da cultura, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência sócio-histórica;

b) a ciência como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e da transformação da natureza e da sociedade;

c) a tecnologia como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada desde sua origem, pelas relações sociais;

d) a cultura como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Nesse horizonte, observamos a relevância de se garantir, em conformidade com as respectivas DCNs⁶, os seguintes componentes obrigatórios:

Art. 17. As competências e habilidades, expressões dos direitos e objetivos de aprendizagem que compõem a Formação Geral Básica devem ser desenvolvidas por meio da organização do currículo em 4 (quatro) áreas de conhecimento:

I - linguagens e suas tecnologias, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e educação física;

II - matemática e suas tecnologias, com o componente curricular obrigatório de matemática;

III - ciências da natureza e suas tecnologias, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de biologia, física e química; e

IV - ciências humanas e sociais aplicadas, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de filosofia, geografia, história e sociologia.

⁶ Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Diante deste arranjo indicado pelo documento supracitado, nosso PPC orienta a formação geral básica da seguinte forma:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa e Literatura Brasileira;
- b) Língua Inglesa;
- c) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza:

- a) Biologia;
- b) Física;
- c) Química.

IV - Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;
- c) Filosofia;
- d) Sociologia.
- e) Iniciação à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais aplicada à Educação Profissional e Tecnológica

Tal organização curricular encontra indicações valiosas na BNCC que, por sua vez mencionada nas DCNs, podem ser associadas a temas transversais de dimensão da contemporaneidade, tais como:

- a) Meio Ambiente, considerando as dimensões relativas à educação para a sustentabilidade socioambiental, para a emergência climática e para o consumo consciente e responsável com o coletivo social; Gastão Vieira – 0975 8
- b) Economia, considerando as dimensões relativas à educação para o mundo do trabalho, à cultura empreendedora, à educação financeira e à educação fiscal;
- c) Saúde, considerando as dimensões da educação em saúde e da educação alimentar e nutricional;
- d) Ciência e Tecnologia, considerando as dimensões da educação científica, do letramento digital e tecnológico, da ética no uso das tecnologias e da inovação responsável, com foco no desenvolvimento do pensamento crítico, na resolução de problemas e na preparação para o mundo digital e científico;
- e) Cidadania e Civismo, considerando as dimensões relativas à educação em direitos humanos, ao processo de envelhecimento, ao respeito e valorização da pessoa idosa, aos direitos da criança e do adolescente, à educação para o trânsito, para às dinâmicas da vida familiar e social e às experiências e perspectivas femininas, como disposto na Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024; e
- f) Multiculturalismo, considerando a escola como espaço e tempo de interações, união, diálogo e cooperação entre diferentes culturas e contextos, potencializando o desenvolvimento da cidadania ao mesmo tempo local e global; uma educação



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

multicultural e intercultural considera a afirmação da diferença como riqueza, que favorece a experiência humana e valoriza as matrizes históricas e culturais brasileiras, incluindo a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos originários do Brasil, de acordo com o estabelecido no art. 26-A da Lei nº 9.394, de 1996, incluído pelas Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008.

1.2.2. Itinerário Formativo da Formação Técnica e Profissional

Destinado aos conhecimentos da formação técnica específica, de acordo com o campo de conhecimentos do eixo tecnológico, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão. (IFRN, 2012).

1.3. Critérios e Procedimentos de Avaliação

Adotou-se como critério de avaliação de rendimento escolar dos discentes a norma sistêmica explicitada no Manual do Aluno do CEFET-RJ, cujas bases estão presentes nas normas institucionais expressas na Resolução do CONEN nº 01/2022.

1.3.1. Avaliação do rendimento escolar

A avaliação do rendimento escolar compreenderá a verificação do aproveitamento e da assiduidade.

1.3.2. Verificação do aproveitamento

A verificação do aproveitamento escolar será feita, por disciplina, mediante as formas e procedimentos de avaliação previstos no planejamento, aprovados em reunião de colegiado, a ser enviado pela respectiva Coordenação à Gerência Acadêmica do *campus* para ser encaminhado ao Setor Apoio Pedagógico para conhecimento e acompanhamento. O planejamento deverá especificar os processos de avaliação dos objetivos a serem atingidos em cada disciplina.

Cada aluno terá registrado um grau por disciplina, correspondente ao resultado do conjunto de avaliações realizadas em cada trimestre. O grau trimestral corresponderá ao resultado de, no mínimo, duas notas atribuídas a formas de avaliação que atendam às peculiaridades didático pedagógicas de cada disciplina. Para as disciplinas avaliadas por competências, o aluno terá registrado se, efetivamente, as adquiriu ou não.

Para o registro dos graus no diário de classe, dever-se-ão utilizar números compreendidos entre zero e dez, até a primeira casa decimal, para todas as disciplinas. Adotar-se-á o critério universal de arredondamento, isto é, frações iguais ou superiores a meio décimo serão arredondadas para cima e frações inferiores, para baixo. Por exemplo: 5,94 deverá ser arredondado para 5,9, e 5,95, para 6,0.

Constará do calendário letivo oficial a previsão, a cada trimestre, de um período para a realização das provas trimestrais, bem como de um prazo para a entrega dos graus ao órgão competente. As Coordenações poderão definir, em seus colegiados, formas de avaliação que as excluam do período de provas trimestrais constante do calendário oficial.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

As provas com período previsto no calendário letivo oficial terão a supervisão do órgão pedagógico competente, visando ao aperfeiçoamento qualitativo do citado instrumento de avaliação.

Os resultados das avaliações do aproveitamento escolar deverão ser transmitidos aos alunos pelos professores. Tais resultados constarão do Histórico Escolar a ser entregue aos alunos, quando solicitado, de acordo com o Calendário Escolar. As provas, testes e trabalhos escritos deverão trazer discriminados, além do valor total, os valores de cada item ou questão. Dever-se-á proceder à vista de prova, de teste ou de trabalho dentro do prazo de entrega de graus do respectivo trimestre letivo, sendo esta a oportunidade para o aluno solicitar ao professor a revisão do grau atribuído, quando considerá-lo indevido. As provas, testes e trabalhos escritos deverão ser devolvidos aos alunos após a vista da avaliação escrita. O aluno que, por qualquer motivo, não receber sua prova, teste ou trabalho escrito, conforme previsto anteriormente, deverá solicitá-lo(s) ao professor, no prazo de três dias úteis, a contar do dia da entrega do(s) referido(s) documento(s) pelo professor, que, após este prazo, disponibilizará ao representante da turma os que estiverem sob sua responsabilidade.

Os alunos que faltarem à(s) prova(s) realizada(s) trimestralmente terão direito à segunda chamada, nos casos previstos em lei, e seus pedidos deverão ser encaminhados em até três dias úteis à Gerência Acadêmica, a partir da data da realização da(s) prova(s), para serem deferidos ou não. Caberá à Coordenação, juntamente com o professor da disciplina, e sob a supervisão do Setor Apoio Pedagógico, marcar a data adequada para a realização da prova de segunda chamada. O aluno que se ausentar por longo período poderá solicitar época especial para realização de avaliações, por meio de recurso com justificativa compatível. Os alunos que se afastarem para fins de representação do CEFET/RJ, em atividades acadêmicas, desportivas, visitas técnicas e todas as outras que se caracterizarem como ensino, pesquisa ou extensão também terão direito à época especial. Nesses casos considerar-se-á período de afastamento tendo início na data marcada para sua saída até a data marcada para sua chegada ao CEFET/RJ. Nenhuma avaliação poderá ser marcada para data posterior ao Conselho de Classe do final do período letivo.

No final do período letivo será oferecida uma Prova Final (PF) com os conteúdos lecionados ao longo do período letivo de cada disciplina. Somente poderão fazer a Prova Final (PF) os alunos cuja média aritmética dos graus for inferior a 6,0 (seis).

1.3.3. Apuração da média final

A partir do ano letivo 2020, a Média Final (MF) passou a ser feita por trimestre. Neste caso, a Média Final (MF) será igual à média aritmética dos graus trimestrais (MT), se esta for igual ou superior a 6,0 (seis). Caso contrário, a Média Final (MF) será igual à média aritmética entre o grau obtido na Prova Final (PF) e a média aritmética dos graus trimestrais (MT). Ou seja:



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

$$MF = MT, \text{ se } MT \geq 6,0$$

$$MF = \frac{MT + PF}{2}, \text{ se } MT \leq 6,0$$

A média aritmética dos graus trimestrais (MT) corresponderá ao resultado da média entre os 3 (três) graus obtidos nos 3 trimestres do ano letivo.

1.3.4. Recuperação Paralela

A recuperação será ao longo do período letivo e terá por finalidade fazer com que o aluno alcance os objetivos de ensino estabelecidos para este período, em cada componente curricular, sendo desenvolvida na forma de aulas, estudos dirigidos ou atividades paralelas às regulares, em horário diferente das mesmas. A recuperação será oferecida, obrigatoriamente, pelas Coordenações, em paralelo às atividades regulares previstas pelo calendário escolar. O procedimento para a recuperação em cada disciplina será estabelecido pela Coordenação à qual a disciplina esteja vinculada, consultados o respectivo colegiado e a Supervisão Pedagógica. A frequência às atividades de recuperação será facultativa ao aluno, porém o registro da frequência deverá ser feito pelas Coordenações e encaminhado ao professor e ao Setor Apoio Pedagógico.

1.3.5. Assiduidade

A assiduidade será apurada sobre o somatório das horas letivas previstas em cada disciplina da série. Independentemente de quaisquer resultados de aproveitamento, será considerado reprovado, no período letivo, o aluno que não alcançar assiduidade mínima de 75% da carga horária total de todas as disciplinas do período. A ausência prolongada do aluno deverá ser comunicada pelos professores ao setor pedagógico, diretamente ou por escrito, e este, aos pais ou responsáveis pelo aluno.

1.3.6. Aprovação e Reprovação

Será considerado aprovado em uma disciplina o aluno com Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis) e aprovado em assiduidade. No caso das avaliações por competências, será considerado aprovado na disciplina o aluno aprovado em assiduidade e que tiver aproveitamento de competências na disciplina.

Será promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado.

Ter-se-á como reprovado no período letivo o aluno que não for aprovado em uma ou mais disciplinas, quaisquer que sejam elas. A situação final do aluno será obrigatoriamente julgada pelo Conselho de Classe, nos termos das normas específicas que regem a instalação e o funcionamento do mesmo, tendo como princípio orientador da decisão o predomínio do desempenho global do estudante, nos campos cognitivo, afetivo



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

e psicomotor. O Conselho de Classe pode aprovar com média 6,0 (seis) os alunos que não obtiverem esta Média Final, em qualquer disciplina, se for o entendimento da maioria dos professores que compõem o referido Conselho.

1.3.7. Dispensas, isenções e aproveitamentos de estudos

Poderá ficar isento de matérias já cursadas, ou competências adquiridas, a critério da Coordenação de disciplina competente, o aluno transferido que, ao ser matriculado no CEFET-RJ, apresentar comprovação de estudos realizados com aproveitamento.

O aluno reprovado no período letivo poderá solicitar isenção da(s) disciplina(s) em que foi aprovado, de acordo com o § 12º, se a sua Média Final (MF) nessa(s) disciplina(s) tiver sido igual ou superior a 8,0 (oito). O aluno do curso técnico, quando reprovado em um período, poderá solicitar à Coordenação do seu curso a isenção da(s) disciplina(s) em que foi aprovado com nota maior ou igual a 6,0 (seis) e menor que 8,0 (oito).

As isenções e dispensas em Educação Física serão concedidas de acordo com a legislação em vigor. A dispensa da parte prática de Educação Física não exime o aluno de participar das aulas, de forma diferenciada.

1.3.8. Disposições gerais e transitórias

O tempo total máximo para conclusão do Curso de Produção Cultural é de 5 anos.

O aluno que se considerar prejudicado por qualquer decisão de professores ou autoridades escolares poderá recorrer ao Conselho de Professores.

Os casos omissos serão resolvidos pela Gerência Acadêmica, consultado o Conselho de Professores.

1.3.9. Regulamento de Prática Profissional Obrigatória

A Prática Profissional obedecerá às normas da Resolução nº19, de 21 de Novembro de 2024, do CEPE.

As Práticas Profissionais Obrigatórias (PPO) se constituem como uma atividade articuladora entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, indispensáveis para obtenção do Diploma de Técnico de Nível Médio, sendo, portanto, obrigatória.

A carga horária destinada à Prática Profissional Obrigatória para o Curso Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio é de 200 (duzentas) horas.

São objetivos da prática profissional:

- I. Consolidar os conteúdos estudados ao longo do curso possibilitando ao discente a integração teoria e prática.
- II. Proporcionar oportunidades para a aplicabilidade orientada dos estudos desenvolvidos durante o curso.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

III. Proporcionar a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, de modo a permitir que os discentes desenvolvam habilidades específicas relacionadas à sua área de estudo, preparando-os para o mercado de trabalho.

A Prática Profissional Supervisionada na Educação Profissional Técnica de Nível Médio compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, desde que correlatas às áreas técnicas do curso no qual o discente esteja matriculado.

Colegiado definiu uma tabela com as atividades aceitas e a proporcionalidade de carga horária de cada uma, considerada como anexo deste PPC, que será homologada nos conselhos responsáveis pela Educação Profissional Técnica de Nível Médio correspondentes, seguindo as orientações da Resolução 19/2024 – CEPE/CEFET/RJ.

A Resolução 19/2024 – CEPE/CEFET/RJ, revoga as resoluções anteriores sobre prática profissional e estágio, e suas disposições se aplicam à todas as entradas a partir de 2025, nos cursos vigentes a partir da data de sua publicação. Desta forma, este PPC definiu que os estudantes com matrícula ativa no CEFET/RJ, que não integralizaram a carga horária de Estágio, podem concluir o curso cumprindo a carga horária e as atividades de Prática Profissional definidas neste PPC.

1.3.9.1 Supervisão das Práticas Profissionais

Os Professores Supervisores de Prática Profissional têm as seguintes responsabilidades:

- I. Orientação dos estudantes em relação às obrigações exigidas pelo curso no que concerne à Prática Profissional.
- II. Coparticipação no preenchimento dos documentos exigidos.
- III. Contabilização das horas necessárias para a integralização dessa exigência.
- IV. Conferir as documentações e realizar o parecer final sobre o cumprimento do número de horas exigido da Prática Profissional e informar à SERAC que o discente cumpriu a carga horária exigida pelo curso.

Cada Professor Supervisor de Prática Profissional poderá atender no máximo 10 (dez) alunos por vez.

1.3.9.2. Da possibilidade de equivalência de horas para a Prática Profissional

Será considerado equivalente à prática profissional, inclusive de estágio curricular, a experiência profissional em atividade correlata ao curso.

- I. São considerados documentos válidos para a comprovação:
 - a. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
 - b. Contrato de Trabalho ou Declaração de Vínculo.
 - c. Contrato de prestação de serviço (caso do profissional autônomo ou MEI).



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- d. Declaração Funcional emitida pela Unidade de Gestão de Pessoas.
- e. Extrato de arrecadação mensal (MEI).
- f. Declarações e/ou Certificados das atividades exercidas, emitidas pela instância responsável.

A documentação deverá ser acompanhada do relatório técnico descritivo das atividades exercidas e a aprovação da equivalência compete ao Professor Orientador de Estágio ou Professor Supervisor de Prática Profissional e, na indisponibilidade destes, ao Coordenador de Curso.

1.3.9.3. Estágio Supervisionado

As atividades programadas para o estágio supervisionado compreendem uma das possibilidades para a Prática Profissional, conforme Resolução CNE/CBE 01/2021 e deve estar de acordo com a Lei de Estágio vigente à época da assinatura do contrato.

I. O estágio profissional supervisionado deverá ser realizado na mesma área do curso.

II. O estágio profissional supervisionado constitui-se na interface entre a vida escolar e a vida profissional, contribuindo como processo de aprendizagem e transcende o nível de treinamento, sendo alvo de um planejamento criterioso, que envolve a orientação, o encaminhamento, a supervisão e a avaliação do discente-estagiário.

Conforme Resolução nº 19/2024 – CEPE/CEFET/RJ, de 21 de novembro de 2024, o estágio profissional supervisionado obrigatório está autorizado a ser exercido a partir do penúltimo módulo/período/ano do curso ou logo após a sua conclusão, desde que iniciado no período de até dezoito (18) meses do encerramento do cumprimento das disciplinas obrigatórias, baseado na data de Conselho de Classe Final. Todo o processo deverá ser encerrado em até 24 meses.

Em todos os casos, a atividade de estágio não poderá coincidir com os horários regulares das disciplinas obrigatórias previstas no PPC do curso

Para a realização do estágio externo, a empresa deverá ter convênio com o Cefet/RJ.

Os documentos necessários para a prática do estágio são disponibilizados no site da instituição e deverão ser informados ao discente pelo Professor Orientador de Estágio.

A jornada diária de estágio será de até 6 (seis) horas, excluído o horário do almoço e carga horária máxima semanal de 30 (trinta) horas.

1.3.9.4. Atribuições dos Envolvidos no Processo do Estágio Supervisionado

Ao coordenador do curso incube:

- I – Supervisionar o desenvolvimento das atividades do Estágio Supervisionado;
- II – Encaminhar o resultado da avaliação final do estagiário à Secretaria Acadêmica da Uned Maria da Graça
- III – Designar o Professor Responsável pelas atividades de Estágio Supervisionado na Coordenação, quando necessário.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Ao Professor Orientador de Estágio incumbe:

- I – Aprovar o Plano de Estágio Supervisionado apresentado pelo aluno;
- II – Assistir ao aluno, na Uned Maria da Graça e na entidade concedente de estágio, durante o período de realização de estágio;
- III – Fixar, divulgar datas e horários para a avaliação das atividades desenvolvidas pelos alunos concluintes do Estágio Supervisionado;
- IV – Realizar a avaliação final do estagiário.

Ao aluno estagiário incumbe:

- I – Firmar o “Termo de Compromisso” com a entidade concedente, com interveniência do CEFET/RJ;
- IV – Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar a data de assinatura do “Termo de Compromisso”, o Plano de Estágio Supervisionado ao Coordenador do Curso;
- V – Participar da reunião de orientação de estagiários promovida pela Coordenação do Curso;
- VI – Acatar as normas da empresa conveniada;
- VII – Respeitar as Cláusulas do “Termo de Compromisso”;
- VIII – Apresentar ao Coordenador do Curso o processo final de seu estágio Supervisionado, cumprida a carga horária prevista;
- IX – Participar de todas as etapas de avaliação do Estágio Supervisionado.

1.3.9.5. Desenvolvimento do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado será precedido da celebração do “Termo de Compromisso” entre o aluno e a entidade concedente devidamente conveniada, com interveniência do CEFET/RJ, o qual preverá as condições de sua realização e sua duração.

O plano de Estágio supervisionado deverá ser apresentado pelo aluno, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após assinatura do Termo de Compromisso, ao Coordenador do Curso para análise e aprovação. Não cumprindo o prazo do caput deste item pelo aluno, o estágio somente passará a ter validade a partir da data da efetiva aprovação do Plano de Estágio Supervisionado pelo Coordenador do Curso.

Na avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário, serão consideradas:

- I – A compatibilidade das atividades desenvolvidas com o currículo do Curso e com o Plano de Estágio Supervisionado;
- II – A qualidade e eficácia na realização das atividades;
- III – A capacidade inovadora ou criativa demonstrada através das atividades desenvolvidas;
- IV – A capacidade de adaptar-se socialmente ao ambiente.

Concluído o estágio, o aluno deverá entregar seus documentos ao Professor Orientador, que fará a verificação e análise, e encaminhará o resultado final à ciência da Coordenação do Curso e à Secretaria Acadêmica, a fim de que os documentos sejam arquivados na pasta individual do aluno.

A inobservância dos prazos implicará na realização de novo estágio em outra entidade concedente conveniada.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

1.3.9.6. Desligamento do Estágio Supervisionado

O desligamento do estagiário da entidade concedente ocorrerá, automaticamente, após o prazo fixado no Termo de Compromisso.

O aluno será desligado da entidade concedente antes do encerramento do período previsto no Termo de Compromisso nos seguintes casos:

I – A pedido do estagiário, mediante comunicação prévia à entidade concedente;

II – Por iniciativa da entidade concedente, quando o estagiário deixar de cumprir obrigação prevista no Termo de Compromisso;

III – Por iniciativa do CEFET/RJ - Uned Maria da Graça, quando a entidade concedente deixar de cumprir obrigação prevista no termo de Convênio ou no Termo de Compromisso;

IV – Por iniciativa do CEFET/RJ - Uned Maria da Graça, quando o aluno infringir normas disciplinares da Instituição que levem ao seu desligamento do corpo estudante.

1.4 Certificados e Diplomas

Após a integralização dos componentes curriculares será conferido ao egresso o diploma de técnico em sua respectiva modalidade. A atividade profissional de produtor cultural não exige registro profissional em órgão colegiado.

V - PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL

1.4. Identificação e Dados Gerais e Apresentação do Curso

O Curso Técnico em Produção Cultural na modalidade presencial atua com o objetivo de formar seus discentes para a área de Produção Cultural. O Produtor Cultural é a pessoa física que, através de ações individuais como autônomo ou constituído como pessoa jurídica (empresa ou instituição) atua para obter a aprovação e implantar projetos culturais em diversos segmentos da sociedade. Para cumprir esse objetivo, o Curso Técnico em Produção Cultural tem como missão desenvolver ações educativas na área de produção cultural, entre as quais:

- a) Instruir e habilitar o Produtor Cultural para o planejamento e a administração de bens e produtos artístico-culturais nos setores público e privado;
- b) Ministrando os conhecimentos teórico-práticos que habilite o Produtor Cultural para a organização e gestão de políticas públicas para a cultura;
- c) Disponibilizar aos discentes uma estrutura adequada para a sua formação, com equipamentos técnicos, laboratórios didáticos especializados, suporte teórico, organização de visitas técnicas, entre outras atividades e ações que possam favorecer o processo de produção das diversas linguagens artísticas e de outros bens culturais;

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime seriado anual, e com uma carga-horária total de 3328 horas, sendo 2244 horas destinadas ao



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Formação Geral Básica, 884 horas destinadas ao Núcleo Tecnológico e 200 horas Práticas Profissionais.

Este plano, em consonância com a política educacional do Governo Federal e as aspirações do CEFET-RJ, se destina à instauração, na Uned Maria da Graça, do Curso Técnico em Produção Cultural na modalidade presencial, a partir do ano letivo de 2025, com fundamento nos diversos diplomas legais que regulam o assunto.

O colegiado do Curso Técnico em Produção Cultural que produziu esta parcela deste documento sentiu-se em perfeita sintonia com a linha adotada pelo CEFET/RJ conforme está registrado no documento intitulado “Referenciais Pedagógicos para a implementação do Ensino Médio Integrado / CEFET-RJ / Unidade do Maracanã”, uma vez que do texto do mesmo consta:

“Na formação para o exercício de profissões técnicas - que resulta da integração formal entre ensino médio e educação profissional - as especificidades regulamentadoras desse formato deverão ser consideradas. A atual legislação educacional dispõe de orientações específicas para o ensino médio integrado e atribui uma grande autonomia para as unidades educacionais na elaboração e desenvolvimento do seu projeto pedagógico.”

Na formação para o exercício de profissões técnicas - que resulta da integração formal entre ensino médio e educação profissional - as especificidades regulamentadoras desse formato deverão ser consideradas. A atual legislação educacional dispõe de orientações específicas para o ensino médio integrado e atribui uma grande autonomia para as unidades educacionais na elaboração e desenvolvimento do seu projeto pedagógico.

1.5. Possibilidades de temas a serem abordados na formação

Legislação sobre Produção Cultural; História Geral da Arte; Preservação, conservação e manutenção do patrimônio cultural brasileiro, de bens e equipamentos culturais; Tecnologias associadas à produção audiovisual; Gestão de negócios; Filosofia da Arte (Estética); Antropologia Cultural.

1.6. Possibilidades de atuação

Instituições públicas e privadas, fundações, centros culturais, agremiações carnavalescas, institutos, museus, cinemas, teatros, circos, galerias de arte, produção de arte de rua (grafite, música e teatro), bibliotecas, escolas, universidades, órgãos oficiais de cultura (municipais, estaduais ou federais), empresas de produção artística, organizações não governamentais (ONG's), escritórios de direitos autorais, indústrias cinematográfica e fonográfica, empresas de televisão e rádio, entre outras possibilidades.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

1.7. Infraestrutura

O aluno do Curso Técnico em Produção Cultural da Uned Maria da Graça terá à sua disposição uma ampla gama de recursos complementares dos temas lecionados os quais propiciarão excelentes oportunidades de aprimoramento de sua formação, aprofundamento de seus conhecimentos técnicos e humanísticos, além do provimento de excelente ambiente acadêmico para pesquisa e extensão.

A Uned Maria da Graça conta com uma Biblioteca com variadas obras para consulta física local, e pertence ao Sistema de Bibliotecas do CEFET/RJ composto pela Biblioteca Central, no Maracanã e pelas unidades de Angra dos Reis, Itaguaí, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença, atendendo ao público interno (alunos, docentes e técnico-administrativos) e as comunidades nas quais estão inseridas, com um acervo de mais de 79 mil exemplares de livros (material permanente), periódicos, folhetos, obras de referência, CD-Rom, DVDs, normas e trabalhos acadêmicos (trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses). Além do acervo físico constante em todas as unidades (que podem ser solicitados para empréstimo em nossa Uned), o discente tem à sua disposição a Biblioteca Virtual Pearson, com mais de 12 mil eBooks na íntegra com acesso online e gratuito, e mais de 200 títulos ligados ao universo da Arte.

A Uned Maria da Graça disponibiliza para as aulas práticas de seus alunos do Curso Técnico em Produção Cultural, diversos ambientes laboratoriais e espaços educacionais nos quais o discente, orientado por professores especialistas, desenvolve trabalhos de aprofundamento de conhecimento técnico ministrado nas aulas teóricas, a saber:

- **Laboratórios de Informática.**
- **Laboratório de Criação Audiovisual;**
- **Laboratório de Produção Musical;**
- **Sala para Incubadora Cultural;**
- **Sistema de Bibliotecas;**
- **Auditório para ensaios e apresentações culturais;**
- **Espaço de Convivência (Anfiteatro) na Uned Maria da Graça;**
- **Galeria de arte “Cubo de Vidro”, na Uned Maracanã;**
- **Quadra Poliesportiva;**
- **Restaurante estudantil;**

1.8. Justificativa e Objetivos

Desde o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro se apresenta como a principal capital cultural do país. A inauguração de bibliotecas, teatros, parques e passeios públicos, esculturas, a requintada arquitetura ainda preservada em algumas partes da cidade, abrigou a residência de escritores, músicos, compositores, pintores, escultores, jornalistas, cineastas, nesse espaço geográfico. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro é



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

o local de surgimento das escolas de samba e do gênero samba como potência nacional. A formação geográfica privilegiada apresenta exuberantes praias, a Floresta da Tijuca, os Morros do Corcovado e Pão de Açúcar e ainda uma força potencial para vários esportes – com destaque para o futebol- , que projetam na cidade há mais de um século essa marca de destaque na cultura nacional.

Entretanto, em oposição ao seu magnífico relevo geográfico e a todos os benefícios que foram instalados no eixo Centro-Zona Sul a partir do século XX, a cidade nunca conseguiu esconder as suas mazelas sociais, empurrando aos morros cariocas e ao longínquo subúrbio grande parte da população pobre e esquecida pelas políticas públicas daquela época.

Nesse cenário de contrastes, forma-se no Rio de Janeiro uma forte vocação para a indústria do Turismo, unindo as manifestações culturais ligadas às camadas populacionais desfavorecidas economicamente – Escolas de Samba, Blocos Carnavalescos, Grupos de Choro, as Gafieiras, as Rodas de Samba – com os serviços oferecidos por essa indústria: hotéis, restaurantes, bares, feiras, teatros, cinemas, concertos musicais, entre outras atividades.

A ocupação de postos de trabalho na indústria cultural nos últimos anos pode ser observada através dos dados apresentados por um estudo da FIRJAN publicado em 2022⁷ e denominado “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil”, considerando o período entre 2017 e 2020. A economia criativa é um conceito de produção que destaca a criatividade como valor econômico para a valorização de uma empresa ou de setores culturais, considerando o Cinema, a Arquitetura, o Design, o Artesanato, as Artes Visuais, as Artes Cênicas, a Música, a Moda, a Mídia, a Publicidade, o Turismo e a Tecnologia, entre outras áreas.

O Mapeamento foi elaborado com base em estatísticas do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com foco em dois aspectos da economia criativa: o valor de produção gerado pelas empresas ligadas a esse setor e as áreas de atuação desses profissionais. Podemos observar a relação da produção x PIB no setor segundo a pesquisa da FIRJAN (2022):

Sob a Ótica da Produção, a taxa de participação da Indústria Criativa na economia brasileira apresenta tendência de crescimento desde meados da década de 2000. Entre 2017 e 2020, a participação do PIB Criativo no PIB do país cresceu ainda mais, aumentando de 2,61% para 2,91%. Como resultado, em 2020, o PIB Criativo totalizou R\$ 217,4 bilhões – valor comparável à produção total do setor de construção civil e superior à produção total do setor extrativista mineral

Ressaltamos que os números positivos apresentados acima não representam um crescimento em todos os setores da economia criativa. Por ser constituída por atividades de distintas naturezas, áreas como Consumo e Tecnologia tiveram um resultado positivo no período analisado, com taxas de expansão de 20,0% e 12,8%. Essa área representa

⁷ Mapeamento da indústria criativa no Brasil / Firjan – 2022. Disponível em <https://firjan.com.br/economicriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa2022.pdf>. Acesso em 06 fev. 2023.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

85% dos empregos formais da Indústria Criativa. Por outro lado, os 15% de empregos ocupados pertencem à área de Cultura e Mídia, apresentaram uma grande retração, de -7,2% e -10,7%.

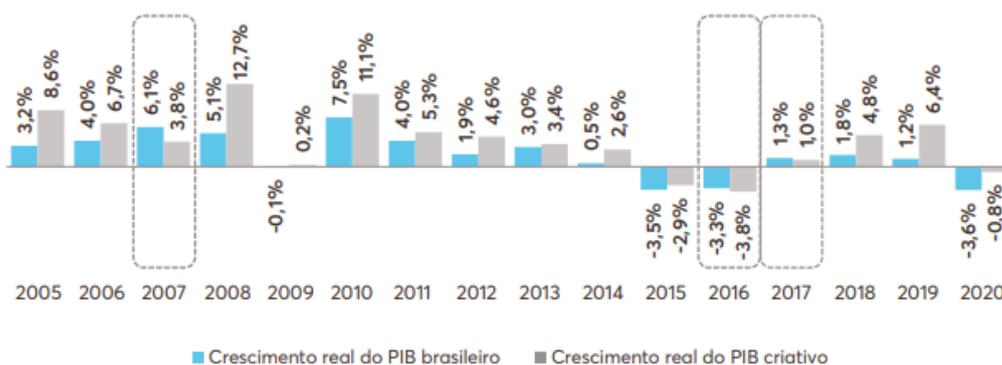
O referido documento aponta outro dado relevante para o Estado do Rio de Janeiro:

São Paulo e Rio de Janeiro seguiram como os estados mais representativos no mercado de trabalho criativo em 2020. Entre os trabalhadores paulistas, cerca de 380,4 mil vínculos estavam na Indústria Criativa, enquanto entre os fluminenses esse número era de 95,7 mil. Dessa forma, ambos os estados responderam, no ano de 2020, por exatamente 50,9% dos empregos criativos de todo o país.

O PIB relacionado à Indústria criativa apresenta um crescimento considerável se comparado aos índices do PIB brasileiro. Apenas no ano de 2020, o PIB Criativo totalizou o montante de R\$217,4 bilhões de reais, que, segundo o mapeamento da FIRJAN, representava um “valor comparável à produção total do setor de construção civil (que em 2020, também figurou em cerca de 2,9% do PIB total) e superior à produção total do setor extrativista mineral.”

Apesar de ter sofrido as consequências da retração econômica dos últimos anos e da Pandemia de Covid-19, podemos constatar que houve uma ascensão dos índices de participação da Indústria Criativa no PIB brasileiro entre os anos de 2005 e 2020, com exceção dos anos de 2007, 2006 e 2017.

Gráfico 2: Taxa de crescimento real anual do PIB criativo e PIB brasileiro



Apesar de sua importância como capital cultural do Brasil – terra do Choro, do Samba, da Bossa-Nova e do Funk Carioca -, a cidade do Rio de Janeiro apresenta há décadas sinais de decadência e abandono por parte do poder público. Podemos citar algumas dessas mazelas que diminuem e empobrecem a difusão cultural em todo o Estado Fluminense: o fechamento de salas de cinema e teatros, a extinção das gafieiras, a falta de espaços legalizados para a música ao vivo, a péssima remuneração dos músicos, a falta de incentivo à leitura, a escassa produção literária, a ausência de galerias de arte, a redução de espetáculos de dança e teatro, as ameaças de fechamento do Conservatório Villa-Lobos



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

e da Escola de Teatro Martins Pena, a falta de espaços para a manifestação artística de outras culturas (Fado, Tango, Flamenco, Salsa, Música Africana) entre muitos outros desafios.

Todos os dados apresentados acentuam a necessidade de formação de técnicos na área de Produção Cultural nos mais diversos segmentos da indústria cultural, pois a decadência verificada nos últimos anos nessa área pode ser constatada pelo declínio dos eventos ofertados à população carioca e fluminense.

O colegiado dedicado à elaboração deste trabalho definiu que o Curso Técnico em Produção Cultural da Uned Maria da Graça tem como objetivo geral a capacitação do profissional para atuar na produção, distribuição e consumo de bens culturais e artísticos, com o objetivo de atendimento aos interesses da força de trabalho, dos mais variados processos produtivos nas mais diversas organizações, sejam elas públicas ou privadas, na Região do Grande Rio ou em qualquer outra região do território nacional. Os objetivos específicos da implantação do Curso Técnico em Produção Cultural são apresentados a seguir:

- Desenvolver habilidades para que o aluno venha a se tornar profissional habilitado e qualificado para atuar individualmente ou em equipe e de forma interativa em prol dos objetivos comuns, buscando compreender a complementaridade das ações coletivas;
- Oferecer suporte técnico, teórico e empírico para o desenvolvimento das múltiplas linguagens artísticas e de outros bens e equipamentos culturais, objetivando garantir ao discente a possibilidade de ações de gerenciamento dos mesmos;
- Formar profissionais que valorizem a diversidade cultural como meio de transformação social, integrando-a à educação e à tecnologia;
- Habilitar o discente para o planejamento e a administração de bens e produtos artístico-culturais nos setores público e privado, levando em consideração processos de sustentabilidade da cultura a partir da sua dimensão econômica;
- Fornecer conhecimentos teórico-práticos ao tecnólogo em Produção Cultural que o habilite a trabalhar na elaboração e gestão de políticas públicas para a cultura, visando à democratização dos bens artístico-culturais e a sua auto sustentabilidade.
- Formar o aluno que seja capaz de expressar-se de modo crítico e criativo em face dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- Suscitar o desejo, no aluno, de permanente busca de aperfeiçoamento profissional continuado, integrando os conhecimentos adquiridos de forma crítica e criativa;
- Atender à demanda de mercado e das empresas, oferecendo profissionais plenamente qualificados, atualizados e competentes;
- Possibilitar ao aluno inserir-se no mercado de forma rápida e dotar o mesmo da capacidade de, sendo necessário, de acordo com a realidade social em que viva, colaborar no provimento de sua célula familiar;



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- Oferecer, ao aluno, embasamento teórico e prático referente aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao melhor desempenho das atividades a serem executadas no ambiente de trabalho;
- Formar profissionais com visão global, crítica e humanística para a inserção em setores profissionais, aptos a tomarem decisões em um mundo diversificado e interdependente, e que participem no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Formar profissionais capacitados e habilitados para o exercício profissional em conformidade com o diploma legal que regulamenta esta profissão;

Atender ao que preceituam os art. 36-C, da Seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” da Lei 11.741 de 16/07/2008⁸, que determina, em seu art. 36-C, que:” A Educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

1.9. Perfil do Profissional Egresso

O egresso do Curso Técnico em Produção Cultural da Uned Maria da Graça deve ser capaz de processar informações, ter senso crítico e ser capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico da região, integrando formação técnica à cidadania. A base de conhecimentos científicos e tecnológicos deverá capacitar o profissional para:

- articular e inter-relacionar teoria e prática;
 - utilizar adequadamente a linguagem oral e escrita como instrumento de comunicação e interação social necessária ao desempenho de sua profissão;
 - realizar a investigação científica e a pesquisa aplicada como forma de contribuição para o processo de produção do conhecimento;
- resolver situações-problema que exijam raciocínio abstrato, percepção espacial, memória auditiva, memória visual, atenção concentrada, operações numéricas e criatividade;
- dominar conhecimentos científicos e tecnológicos na área específica de sua formação;
 - criar, elaborar, estruturar e gerir projetos e produtos culturais, estabelecendo metas e estratégias para o fomento e a promoção da cultura, nas esferas pública e/ou privada;
 - planejar e divulgar projetos e produtos culturais;
 - elaborar projetos de captação de recursos para investimento cultural utilizando as legislações de mecenato existentes nos âmbitos municipal, estadual e federal;

⁸ Disponível online em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- promover o diálogo entre as manifestações artísticas e as esferas da administração pública e privada da cultura;
- realizar intercâmbios que contemplem e valorizem a diversidade cultural;
- atuar em diferentes espaços, gerindo e administrando atividades culturais, bem como executando projetos da área;
- compor equipes governamentais de gestão cultural em nível municipal, estadual e federal, ajudando na definição de políticas públicas para a cultura;
- contribuir nas ações de preservação e revitalização do patrimônio cultural, material e imaterial;
- atuar no ensino, pesquisa e extensão na área de produção cultural e áreas afins;
- desenvolver projetos culturais que valorizem a diversidade sociocultural do país e do Estado do RJ;
- estabelecer intercâmbios com entidades e centros culturais;
- familiarizar-se com as práticas e procedimentos comuns em ambientes organizacionais;
- aplicar normas técnicas nas atividades específicas da sua área de formação profissional;
- empreender negócios em sua área de formação;
- conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora; e
- posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

1.10. Organização curricular

Norteados pelos “referenciais pedagógicos para a implementação do Ensino Médio Integrado minimamente necessários às ações para a integração do ensino médio ao profissionalizante”, desenvolvido na Unidade Maracanã (em 2013), o colegiado do Curso Técnico em Produção Cultural elaborador desta parcela deste trabalho alinha-se aos princípios segundo os quais “um currículo deve ser montado com vistas a uma dimensão planejada, na qual se explicitam as intenções e os conteúdos de formação, que constitui o currículo prescritivo ou formal; e a uma dimensão não explícita, constituída por relações entre os sujeitos envolvidos na prática escolar, tanto nos momentos formais, como



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

informais das suas atividades e nos quais trocam ideias e valores, constituindo o currículo oculto, mesmo que não tenha sido pré-determinado ou intencional”.

Na outra vertente, a profissionalizante, o Curso em questão ofertará aos seus alunos os conhecimentos da área técnica com tempos e espaços próprios para estudos e atividades de ensino, pesquisa e extensão que auxiliem a fase de desenvolvimento dos alunos, tais como: visitas técnicas, atividades de pesquisas, complementos educacionais na forma de minicursos, entre outros.

A matriz curricular do Curso Técnico em Produção Cultural da Uned Maria da Graça foi concebida de acordo com as premissas da legislação em vigor, atendendo, ainda, às Diretrizes, traçadas para tal pela Comissão de Estudo do Curso Integrado/DEMET, do CEFET-RJ, em seu item 6.2 que trata da “Carga Horária”.

Cabe destacar as próprias indicações das novas DCNs⁹ que majoraram a dimensão de carga horária do Ensino Médio na sua relação da Formação Geral Básica e o Itinerário Formativo, no nosso caso um Itinerário de Formação Técnica Profissional em Produção Cultural, adensado com conteúdos curriculares aprofundados da própria Formação Geral Básica. Assim sendo, nossa matriz parte da seguinte proporção:

Art. 13. Observada a obrigatoriedade do cumprimento da carga horária total mínima de 3.000 (três mil) horas no Ensino Médio a oferta curricular da Formação Geral Básica deverá obedecer a carga horária mínima de:

I - 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, a serem complementadas, articuladas e integradas aos Itinerários Formativos de Aprofundamento por áreas de conhecimento;

II - 2.100 (duas mil e cem) horas, a serem complementadas, articuladas e integradas aos Itinerários de Formação Técnica e Profissional na forma de cursos técnicos de 1.000 (mil) ou 1.200 (mil e duzentas) horas; e

III - 2.200 (duas mil e duzentas) horas, a serem complementadas, articuladas e integradas aos Itinerários de Formação Técnica e Profissional na forma de cursos técnicos de 800 (oitocentas) horas. [grifo nosso]

A concepção do colegiado do Curso Técnico em Produção Cultural responsável pela elaboração desta parcela deste documento para a distribuição das disciplinas é apresentada no quadro a seguir:

⁹ Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024.



CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO											
Disciplinas	Carga Horária por Ano									CH total	
	1º			2º			3º				
	Tempos	Hora-Aula	Hora-Relógio	Tempos	Hora-Aula	Hora-Relógio	Tempos	Hora-Aula	Hora-Relógio	Hora-Aula	Hora-Relógio
Itinerário Integrado											
Língua Portuguesa e Literatura	4	163	136	4	163	136	2	82	68	408	340
Inglês	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Educação Física	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Geografia	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
História	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Filosofia	2	82	68	0	0	0	2	82	68	163	136
Sociologia	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Matemática	4	163	136	3	122	102	2	82	68	367	306
Física	3	122	102	2	82	68	2	82	68	286	238
Química	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Biologia	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Iniciação à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais aplicada à Educação Profissional e Tecnológica	0	0		0	0		2	82	68	82	68
Introdução aos Fundamentos da Gestão de Negócios	2	82	68	0	0	0	0	0	0	82	68
História Geral da Arte I	2	82	68	0	0	0	0	0	0	82	68
Cultura, Memória e Patrimônio Cultural	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
História Geral da Arte II	0	0	0	2	82	68	0	0	0	82	68
Teoria e Fundamentos da Arte	0	0	0	2	82	68	0	0	0	82	68
Políticas Públicas e Captação de Recursos em Cultura I	0	0	0	2	82	68	0	0	0	82	68
Políticas Públicas e Captação de Recursos em Cultura II	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
Informática Aplicada a Produção Cultural	2	82	68	0	0	0	0	0	0	82	68
Configurações Culturais	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
Gestão e Organização de Projetos Culturais	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
Produção de Eventos em Cultura	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
Projetos Culturais	0	0	0	0	0	0	4	163	136	163	136
Total de carga-horária de disciplinas	33	1346	1122	29	1183	986	30	1224	1020	3754	3128
Prática Profissional											
Prática Profissional	0			0			200 horas				200
Carga-horária total de Prática Profissional (hora)	0			0			200 horas				200
TOTAL DE CARGA-HORÁRIA DO CURSO (hora)											3328

A carga horária total (hora-relógio) das disciplinas é dividida em tempos de 50 minutos (1 tempo de 50 minutos equivale a 1 hora-aula). A carga horária total das disciplinas é dividida ao longo de no mínimo 200 dias letivos de acordo com o Calendário Acadêmico Anual aprovado nos Conselhos da Instituição e o Horário Escolar Anual organizado pelas Coordenações dos Cursos e a Gerência Acadêmica da Unidade.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deve contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Além disso, as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) devem sustentar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que, por sua vez, devem sustentar a construção do PPC. O Estatuto e o Regimento próprios do CEFET/RJ se somam ao conjunto de documentos que inspiram cada PPC da instituição.

No que tange ao aspecto da organização curricular, o PPC do Curso Técnico em Produção Cultural, ofertado na Uned Maria da Graça, segue o embasamento legal abaixo:

- **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- **Resolução CEPE/CEFET/RJ Nº 01/2016**, que aprova as normas para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do CEFET/RJ;
- **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**, que altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;
- **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 15 de dezembro de 2020**, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- **Resolução CONEN/CEFET/RJ Nº 01, de 08 de junho de 2022**, aprova as normas de avaliação do rendimento escolar de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), nas formas integrada, subsequente e concomitante, do sistema Cefet/RJ;
- **Lei Nº 14.945, de 31 de julho de 2024**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n.º 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) Direção de Ensino (Diren) Divisão de acompanhamento e desenvolvimento de ensino (Diace)
- **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM;
- **Resolução CEPE/CEFET/RJ Nº 19, de 21 de novembro de 2024**, que regulamenta a prática profissional supervisionada na educação profissional e tecnológica do CEFET/RJ.

Além disso, com relação à estrutura curricular, são contempladas as exigências dos seguintes documentos:

- **Decreto Nº 4.281, de 25/06/2002**, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- **Resolução CNE/CP Nº 1, de 17/06/2004**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- **Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/5/2012**, que apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- **Lei Nº 12.764, de 27/12/2012**, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- **Lei Nº 13.146/2015**, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O Projeto Pedagógico aqui apresentado é fruto de uma coletânea de estudos variados e resultado de um trabalho em conjunto, organizado pela coordenação do curso. Todo corpo docente também foi convidado a participar, revisando o programa de suas disciplinas, atualizando a bibliografia e adequando a metodologia de ensino e o sistema de avaliação de forma a estruturar o curso conforme as Diretrizes Curriculares e as recomendações do MEC. Os alunos também têm oportunidade de participar de forma efetiva, através de seus relatos, questionamentos e solicitações feitos junto à coordenação.

1.11. Ementas – Disciplinas do Núcleo Tecnológico

Disciplinas do Curso:

Introdução aos Fundamentos da Gestão de Negócios

Teoria e Fundamentos da Arte

Informática Aplicada a Produção Cultural

História Geral da Arte I

História Geral da Arte II

Configurações Culturais

Cultura, Memória e Patrimônio Cultural

Políticas Públicas e Captação de Recursos em Cultura I

Políticas Públicas e Captação de Recursos em Cultura II

Gestão e Organização de Empreendimentos Culturais

Produção de Eventos em Cultura

Projetos Culturais



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

FLUXOGRAMA DAS DISCIPLINAS DO NÚCLEO TECNOLÓGICO





CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

DESCRIÇÃO DAS EMENTAS – DISCIPLINAS DO NÚCLEO TECNOLÓGICO

Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM CULTURA I
Carga Horária: 68 horas
<p>Ementa: Conceitos e abordagens sobre políticas públicas. O Estado e a cultura: política cultural como política pública. As políticas públicas no Brasil. As principais vertentes teóricas sobre políticas públicas e o papel dos atores na construção das políticas públicas. A produção cultural como dimensão da organização da cultura. A atividade de produção cultural. Conceitos básicos: plano, programa, projeto e atividade. OBJETIVO GERAL: Promover a reflexão crítica acerca da relação entre cidadania e políticas públicas de desenvolvimento cultural. Analisar o desenvolvimento de políticas públicas em cultura considerando as diversidades culturais e os contextos socioeconômicos da sociedade.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural – O direito à cultura. Fundação Perseu Abramo, 2006.</p> <p>RUBIM, Albino. Política cultural e gestão democrática no Brasil. Fundação Perseu Abramo, 2016.</p> <p>VARELLA, Guilherme. Plano Nacional de Cultura–Direitos e políticas culturais no Brasil. Azougue, 2014.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001. CADERNO CRH. Políticas públicas. Salvador: Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, n.39, jul./dez. 2003, 280p. Dossiê. Organizado por Celina Souza.</p> <p>NUSSABAUMER, Gisele. Teorias e Políticas da Cultura. (org.). Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.</p> <p>OLIVIERI, Cristiane. Guia brasileiro de produção cultural: Ações e reflexões. Edições SESC. 2022.</p> <p>PAMPLONA, Rodolfo Filho, Bacildes Azevedo Moraes Terceiro, Marcella Pinto de Almeida, Edson Ribeiro Saldanha Neto. Políticas Públicas - Elementos para uma Teoria Geral. Editora Mizuno, 2024.</p> <p>SITE www.cultura.gov.br.</p>



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Componente Curricular: **POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM CULTURA II**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: Programas e planos de cultura e suas metas. Avaliação e fiscalização da política cultural: participação democrática e controle social. Estudos técnicos sobre os principais editais e fundos de fomento à cultura e as leis de incentivo à cultura. Panorama do financiamento à produção cultural no Brasil. Análise de fontes de financiamento e captação de recursos. Legislação de fomento cultural no Brasil. **OBJETIVO GERAL:** Entender os programas e planos de cultura e suas metas. Analisar as formas de avaliação e fiscalização da política cultural e a importância. Analisar os estudos técnicos sobre os principais editais e fundos de fomento à cultura e as leis de incentivo à cultura, municipal, estadual e federal. Entender as principais fontes de financiamento, captação de recursos e alocação de recursos. Entender sobre a Legislação de fomento cultural no Brasil.

Bibliografia Básica:

RUBIM, Albino. **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. Fundação Perseu Abramo, 2016.
SOUZA, Allan Rocha de. **Direitos Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Azougue Editorial, 2013.
VARELLA, Guilherme. **Plano Nacional de Cultura–Direitos e políticas culturais no Brasil**. Azougue, 2014.

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001. CADERNO CRH. Políticas públicas. Salvador: Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, n.39, jul./dez. 2003, 280p. Dossiê. Organizado por Celina Souza.
COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. **Gestão estratégica em políticas públicas**. São Paulo: Editora Alínea e Átomo, 2013.
NUSSABAUMER, Gisele. **Teorias e Políticas da Cultura**. (org.). Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
OLIVIERI, Cristiane. **Guia brasileiro de produção cultural: Ações e reflexões**. Edições SESC. 2022.
PAMPLONA, Rodolfo Filho, Bacildes Azevedo Moraes Terceiro, Marcella Pinto de Almeida, Edson Ribeiro Saldanha Neto. **Políticas Públicas - Elementos para uma Teoria Geral**. Editora Mizuno, 2024.
SITE www.cultura.gov.br.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Componente Curricular: **PRODUÇÃO DE EVENTOS EM CULTURA**

Carga Horária: 68 horas

EMENTA: Conceituação do Universo da Produção Cultural; levantamento dos campos de atuação; análise e conceituação dos principais elementos acerca do mercado; consciência crítica e função do profissional na sociedade; análise das políticas públicas e ações não governamentais; economia criativa.

Criação e conceituação de ideias para projetos culturais. Planejamento e técnicas de modelagem. Desenvolvimento de orçamentos, planos de comunicação e distribuição. Formatação de projetos para as leis de incentivo à cultura e editais. Orçamentos.

Conhecimento das etapas de pré-produção (captação de recursos e cronogramas), produção executiva, realização das etapas de produção e pós-produção) de um projeto cultural.

Estudo e aplicação das Leis de Incentivo à Cultura – ISS, ICMS e Rouanet, desde a elaboração a prestação de contas. Estudo de aplicação dos formulários e planilhas orçamentárias. Formatação de projeto cultural. Inserção nas leis de incentivo à cultura – municipais, estaduais e federais. Cronogramas de desembolso e de atividades. Gestão e planejamento estratégico.

Bibliografia Básica:

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é Cultura Popular**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BORGES, Moacir Carlos. **Roteiro para a execução e prestação de contas de projeto cultural**. Brasília, Ministério da Cultura.

BRANT, Leonardo. **Mercado Cultural**. Ed. Escrituras, 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 1, de 05 de outubro de 2010. Brasília, Ministério da Cultura, 2010.

OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edson. **Guia Brasileiro de Produção Cultural: 2010-2011**. São Paulo: Edições SESC SP, 2011

BRASIL. Ministério da Cultura. Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (LEI ROUANET). Brasília, Ministério da Cultura, 1991.

BRASIL. Ministério da Cultura. Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (LEI DO DIREITO AUTORAL). Brasília, Ministério da Cultura, 1998.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria Nº 116, de 29 de novembro de 2011 (SEGMENTOS CULTURAIS). Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

CESNIK, Fábio de Sá. **Guia do Incentivo à Cultura**. São Paulo: Editora Malone - 1ª Edição – SP.

CESNIK, Fábio e MALAGODI, M. Eugenia. **Projetos Culturais**. Ed. Escrituras, 1999.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo, 2004.
- _____. **O que é Ação Cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. **O que é Indústria Cultural**. São Paulo, Brasiliense, 2009.
- DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é Comunicação**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- KAMP, Renato. Guia prático para apresentação de projetos culturais, Fund. João Daudt d'Oliveira, 2001.
- LUZ, Afonso et al. (Org.). **Produção cultural**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.
- MALAGODI, Maria Eugênia e CESNIK, Fábio. **Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais e busca de patrocínio**. São Paulo: Escrituras, 2004.
- NATALE, E: **Guia brasileiro de produção cultural**, Ed. NPA, 1998.
- NETO, Manoel Marcondes Machado. **Marketing cultural: das práticas à teoria**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.
- ORTIZ, Renato Ortiz. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo, Brasiliense, 2009.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura**. São Paulo: Thomson, 2003.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Projetos culturais: técnicas de modelagem**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Bibliografia Complementar:

- AVELAR, Romulo. **O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural**. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para Liberdade e outros escritos**. 12 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2007.
- Programa de Democratização Cultural Votorantim. Manual de apoio à elaboração de projetos de democratização cultural. Instituto Votorantim, 2010.
- Programa Petrobras Cultural. Manual de elaboração de projetos. Petrobras Cultural, 2007.
- ZANELLE, Carlos Luiz. **Manual de Organização de Eventos: planejamento e operacionalização**. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Componente Curricular: **HISTÓRIA GERAL DA ARTE I**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: Estudo dos principais movimentos estéticos e artísticos, contemplando as diversas linguagens: visuais, cênicas, musicais e cinematográficas no mundo.

Bibliografia Básica:

BENNETT, Roy. **Uma Breve História da Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FARO, Antonio. **Pequena História da Dança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MASCARELLO, Fernando. (Org.). **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papyrus, 2006.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. 17^o Ed. Ática: São Paulo, 2007.

Bibliografia Complementar:

GAUDREAU, André. JOST, François. **A Narrativa Cinematográfica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 1993.

Componente Curricular: **HISTÓRIA DA ARTE II**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: Estudo dos principais movimentos estéticos e artísticos, contemplando as diversas linguagens: visuais, cênicas, musicais e cinematográficas no Brasil.

Bibliografia Básica:

BERNARDET, Jean Claude. **Cinema brasileiro: propostas para uma história**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

MAGALDI, Sábado. **Panorama do teatro brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2015.

NÓBREGA FERNANDES, Nelson da. **Escolas de Samba: Sujeitos Celebrantes e Objetos Celebrados**. Rio de Janeiro: Coleção Memória Carioca, vol. 3, 2001.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, et al. **História da arte no Brasil: textos de síntese**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2008.

SEVERIANO, Jairo. **Uma história da música popular brasileira: das Origens à Modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Esplendor do Barroco Luso-brasileiro**. São Paulo: Cotia Ateliê Editorial, 2012.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

TORRES, Antonio. **O Circo no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

VICENZIA, Ida. **Dança no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

Bibliografia Complementar:

CABRAL, Sérgio. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

LOPES, Nei. **Sambeabá: o samba que se aprende na escola**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

Componente Curricular: **INFORMÁTICA APLICADA À PRODUÇÃO CULTURAL**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: História dos computadores, Hardware; Software; Aplicativos para edição de texto e planilhas. Aplicativos para edição de áudio e vídeo. Aplicativos para editoração musical.

Bibliografia Básica:

FAXINA, Elson (org.). **Edição de áudio e vídeo**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

LIBREOFFICE. **Guia de Introdução 7.0**. Disponível em: <https://books.libreoffice.org/pt-br/GS70/GS7000-Pref%C3%A1cio.html>

MUESCORE. **Manual do Musecore 4**. Disponível em: <https://musescore.org/pt-br/handbook/4>

NORTON, P. **Introdução à Informática**. São Paulo: Makron Books. 1996.

OETZMANN, A.; MAZZONI, D. **Manual do Audacity**. (tradução). Disponível em: https://estudiolivres.org/tiki-index.php?page=Audacity_Interface&bl

Bibliografia Complementar:

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J.A. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Componente Curricular: **GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CULTURAIS**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: O consumo cultural como atividade econômica e social. Economia solidária. Economia criativa. Propriedade intelectual e a economia da cultura. Administração Pública e as atividades culturais. As organizações e as atividades culturais. Conceitos e fundamentos sobre Projeto cultural. Conceitos e fundamentos de marketing e marketing cultural. Estratégias de segmentação e posicionamento competitivo. Comportamento do consumidor. Composto de marketing cultural. Pesquisa de marketing. Fundamentos sobre plano de marketing cultural.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Objetivos Gerais: Entender o consumo cultural como atividade econômica e social. Compreender os conceitos sobre a Economia solidária e a Economia criativa. Entender sobre propriedade intelectual e a economia da cultura. Analisar o desenvolvimento de atividades culturais sobre as óticas pública e privada.
Compreender os conceitos básicos de marketing, reconhecendo sua importância na estratégia de uma organização, bem como na gestão estratégica de projetos culturais. Conhecer os elementos formadores do sistema de marketing e das diferentes etapas que devem ser seguidas para operacionalizá-lo. Identificar os diferentes tipos de mercado e o perfil de empresas patrocinadoras de projetos culturais.

Bibliografia Básica:

COSTA, Ivan Freitas Da. **Marketing Cultural**. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

DRUMOND, Alessandra; NEUMAYR, Rafael. **Aspectos jurídicos da Gestão e Produção Cultural**. Belo Horizonte, MG: Edição Artmanagers, 2011.

THIRY-CHERQUES, Hermano. **Projetos Culturais: técnicas de modelagem**. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2008.

Bibliografia Complementar:

CRIBARI, Isabela (org.). **Produção Cultural e Propriedade Intelectual**. Recife, PE: 13 Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

LEMONS, Ronaldo. SMIRERS, J. **Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização**. São Paulo: Escrituras Editora; Instituto Pensarte, 2006. 367 p.

OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edson (Orgs.). **Guia brasileiro de produção cultural**. São Paulo, SP: Edições SESC SP, 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing Cultural e Financiamento da Cultura**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Editora Thomson, 2003.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

Componente Curricular: **INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE NEGÓCIOS**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: Introdução aos fundamentos da gestão de negócios. O conceito empreendedor na criação, organização e desenvolvimento de um negócio cultural. Determinantes do empreendedorismo e do empreendedorismo cultural. Criatividade e visão empreendedora. Sustentabilidade e negócios sustentáveis. Órgãos e instituições de apoio à geração de empreendimentos inovadores. Fundamentos para a elaboração de planos de negócios.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Objetivos Gerais: Analisar os principais aspectos da gestão de negócios. Identificar os principais fatores influentes ao empreender um negócio. Aprimorar a capacidade de aplicar a gestão de negócios. Contribuir para a compreensão da importância da gestão de negócios e do empreendedorismo na produção cultural. Demonstrar a potencialidade de ações empreendedoras na criação e no desenvolvimento de negócios voltados ao contexto cultural.

Bibliografia Básica:

- 1- ARAUJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- 2- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- 3- SALIM, Cesar Simões; HOCHMAN, Nelson; RAMAL, Andrea Cecilia; RAMAL, Silvina Ana. **Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar:

- 1- BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- 2- CAMERON, E.; GREEN, M. **Gerenciamento de Mudanças**. São Paulo: Clio Editora, 2009.
- 3- DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando Ideias em Negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- 4- LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 5- MOURA, José Aristides Marcondes De.; OLIVEIRA, Heitor Cordeiro Chagas De. **Gestão integrada do negócio**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

Componente Curricular: **TEORIA E FUNDAMENTOS DA ARTE**

Carga Horária: **68 horas**

Ementa: Estudo sobre a natureza e a tarefa da Estética acerca da experiência sensível associada ao Belo nas diversas linguagens da Arte.

Bibliografia Básica:

- ARANTES, Priscila. **Arte e Mídia: perspectivas da estética digital**. São Paulo: Senac, 2005.
- AUMONT, Jacques. (Org.) **A Estética do Filme**. Campinas/São Paulo: Papirus, 2009.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2003.

PLATÃO. **Hípias Maior**. Trad. Lucas Angioni. Rev. Archai [online], No. 26, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/archai/a/9GR55Yskv9ZNmYz3RTHXdkP/abstract/?lang=pt> acesso em 13 mai 2024.

SCHAFER, Raymond Murray. **A Afinação do Mundo**: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. Tradução Marisa Trench Fonterrada, São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. **O ouvido pensante**. Tradução de Marisa T. O. Fonterrada, Magda R. G. Silva e Maria Lúcia Pascoal, São Paulo: Editora UNESP, 1991.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

Bibliografia Complementar:

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual**: Uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GAYLOR, Brett. **RIP! A Remix Manifesto**. Direção: Brett Gaylor, Produção: Daniel Cross, Canadá: National Film Board of Canada, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LRw8abLSXJ8>>. Acesso em dezembro de 2023.

ELSAESSER, Thomas. Hagener, Malte. **Teoria do cinema**: Uma introdução através dos sentidos. Campinas: Papyrus, 2020.

MIGLIORIN, Cezar (Org.) **Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos**. Niterói: UFF, 2016.

Componente Curricular: **CONFIGURAÇÕES CULTURAIS**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: Aspectos da configuração sociocultural brasileira; cultura popular; cultura erudita; os limiares entre alta e baixa cultura, a cultura como prática e reflexo social. Arranjos produtivos de base cultural; conceito de desenvolvimento; estratégias de identificação, reconhecimento e preservação das redes sociais.

Bibliografia Básica:

ARANTES, Priscila. **Arte e Mídia: perspectivas da estética digital**. São Paulo: Senac, 2005.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009

GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. Dilemas da Arte/Educação como mediação cultural em namoro com as tecnologias contemporâneas. In: (Org.) **Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 98 - 112.

DOMINGUES, Diana. (org.) **Arte e Vida no Século XXI**. São Paulo: UNESP, 2003.

GEERTZ, Cliford. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. 9ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Componente Curricular: **CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:. Estudo sistemático das pesquisas e conceitos que abordam o campo do patrimônio cultural no Brasil. Patrimônio Cultural como objeto da história social da cultura. Identificação das metodologias para o estudo histórico do patrimônio cultural.

Bibliografia Básica:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural**. 2. ed. ver. e ampl.- Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANCLINI, Néstor, García. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUI, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRI, 2009.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Jorge Zaverucha, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAP, 1990.

OLIVEIRA Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUI, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Editora da UNICAP, 1990.

Componente Curricular: **PROJETOS CULTURAIS**

Carga Horária: 136 horas

Ementa: Delineamento de um projeto cultural e desenvolvimento da atividade cultural no campus Maria da Graça, como forma de materializar todo o arcabouço teórico adquirido ao longo do curso.

Objetivos Gerais: Os discentes deverão organizar um projeto cultural e desenvolver a atividade cultural no campus Maria da Graça, como forma de materializar todo o arcabouço teórico adquirido ao longo do curso.

Bibliografia Básica:

- 1- BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- 2- DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando Ideias em Negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- 3- THIRY-CHERQUES, Hermano. **Projetos Culturais: técnicas de modelagem**. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2008.

Bibliografia Complementar:

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEMONS, Ronaldo. SMIRERS, J. **Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização**. São Paulo: Escrituras Editora; Instituto Pensarte, 2006. 367 p.

OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edson (Orgs.). **Guia brasileiro de produção cultural**. São Paulo, SP: Edições SESC SP, 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing Cultural e Financiamento da Cultura**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Editora Thomson, 2003.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

Perfil do Corpo Docente – Núcleo Tecnológico

Os Professores das disciplinas do núcleo profissionalizante são os atuais componentes do quadro de docentes lotados na Coordenação do Curso Técnico em



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Produção Cultural da Uned, também responsáveis pela elaboração deste trabalho, conforme segue abaixo:

Alberto Boscarino Junior

Doutor em Música pela Universidade Federal do Estado (UNIRIO, 2011), Mestre em Música (UNIRIO, 2006) e Licenciado em Artes (UNIRIO, 2002). Na atualidade, é Professor de Artes no CEFET/RJ, Uned Maria da Graça.

Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Doutora em Gestão, produção e meio ambiente pela Faculdade de Engenharia Civil, da Universidade Federal Fluminense, mestre em Sistemas de gestão pela Universidade Federal Fluminense e especialista em Docência do ensino superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Felipe Gonçalves Félix

Graduação em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Graduação em Produção Cultural pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Professor do Departamento de Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Campus Maracanã.

Luciano de Melo Dias

Professor de Artes, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Possui graduação em Licenciatura em Educação Artística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, especialização em Ensino da Arte pela Universidade Veiga de Almeida e Técnico em Eletrônica pelo CEFET/RJ. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Tem experiência na área de Artes com ênfase em Cinema e Audiovisual, Educação Tecnológica e Educação a Distância.

VI PLANOS DE CURSO DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA ARTICULADA AO CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO CULTURAL

O aluno do Curso Técnico em Produção Cultural, no que diz respeito às disciplinas do núcleo estruturante (Ensino Médio Integrado), terá à sua disposição uma ampla gama de recursos complementares dos temas lecionados os quais propiciarão oportunidades de aprimoramento de sua formação, aprofundamento de seus conhecimentos técnicos e humanísticos, além do provimento de excelente ambiente acadêmico para pesquisa e extensão.

A infraestrutura disponível para as aulas e atividades dos alunos conta com salas de aula equipadas com refrigeração, computador e projetor Datashow; um auditório com capacidade para 86 pessoas; uma sala de apoio e estudos para os discentes; uma sala de



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

informática para uso dos alunos; refeitório com oferta de merenda escolar (almoço); um espaço externo de convivência; uma sala de artes; uma quadra esportiva; uma horta escolar comunitária; dois laboratório de informática; laboratório para atividades técnicas; laboratório de ciências (em organização) e uma biblioteca.

Contando com mais de 2200 títulos de obras voltadas para temas como saúde do trabalhador, meio ambiente e segurança do trabalho a Biblioteca do *campus* Maria da Graça ocupa, atualmente, lugar de destaque no que diz respeito a acervo técnico e vem sendo reconhecida pelos usuários como referência nestas áreas do conhecimento.

O ambiente desta Biblioteca atende ao necessário para que o aluno se sinta adequadamente atendido, tanto no que diz respeito ao pessoal técnico administrativo responsável pelo seu funcionamento quanto, como mencionado acima, pela qualidade das obras técnicas lá existentes.

3.1. Ementas – Disciplinas da Formação Geral Básica

Disciplinas do Curso:

- Biologia
- Educação Física
- Filosofia
- Física
- Geografia
- História
- Inglês
- Iniciação à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicada à Educação Profissional e Tecnológica
- Língua Portuguesa e Literatura
- Matemática
- Química
- Sociologia





CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

DESCRIÇÃO DAS EMENTAS - DISCIPLINAS DO NÚCLEO ESTRUTURANTE

Componente Curricular: **INICIAÇÃO À PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: A busca da rearticulação entre trabalho e educação para uma formação humana integral ou omnilateral. As mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências formativas dos trabalhadores em uma perspectiva de emancipação dos sujeitos. O trabalho como princípio educativo. Trabalho simples e trabalho complexo. A relação entre o ambiente acadêmico/escolar e o setor produtivo: os desafios de superação do capitalismo dependente brasileiro. O ensino médio integrado como travessia para a politécnica ou educação tecnológica. A Educação de Jovens e Adultos e sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe.** Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. (orgs.). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

Bibliografia Complementar:

NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Componente Curricular: **Educação Física I**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: Conhecimento do Corpo. Corpo-Linguagem/Corpo-Expressão. Os Jogos e os Movimentos individuais e Coletivos. Os Jogos Esportivos.

Bibliografia Básica:

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya; JÚNIOR, Osmar. **Para ensinar educação física. Possibilidades de Intervenção na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene (Org.). **Educação Física na Escola. Implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 3. ed. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2000.

KUNZ, Elenor (Org.). **Didática da educação física 1**. Ijuí, RS: Editota UNIJUÍ, 1998.

KUNZ, Elenor (Org.). **Didática da educação física 2**. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2001.

SACRISTÁN, Gimeno J. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

Componente Curricular: **Educação Física II**

Carga Horária: 68 horas

Ementa: Conhecimento do Corpo. Corpo-Linguagem/Corpo-Expressão. Os Jogos e os Movimentos individuais e Coletivos. Os Jogos Esportivos.

Bibliografia Básica:

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya; JÚNIOR, Osmar. **Para ensinar educação física. Possibilidades de Intervenção na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene (Org.). **Educação Física na Escola. Implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 3. ed. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2000.

KUNZ, Elenor (Org.). **Didática da educação física 1**. Ijuí, RS: Editota UNIJUÍ, 1998.

KUNZ, Elenor (Org.). **Didática da educação física 2**. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2001.

SACRISTÁN, Gimeno J. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre:

ArtMed, 2000



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

--

Componente Curricular: Filosofia I
Carga Horária: 68 horas
Ementa: Introdução à filosofia Antropologia filosófica: cultura e formação humana, signos e linguagens, crenças. Mitologias: narrativas de origem, ordem e caos, pluriperspectivismo. Conhecimento científico: ciência e senso comum, o universal e o particular, natureza e técnica. Lógica: processos inferenciais, validade formal, falácias. Metafísica: aparência e essência, o sensível e o inteligível, matéria e forma.
Bibliografia Básica: CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. _____. Introdução à história da filosofia v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. DESCARTES, René. Regras para a orientação do espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2012. KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2015. GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. HADOT, Pierre. Elogio da filosofia antiga. São Paulo: Loyola, 2012. JASPERS, Karl. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo: Cultrix, 2011. KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2012. MARÍAS, Julián. História da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004. MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. PLATÃO. A República. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004. PRADO JÚNIOR, Caio. O que é filosofia. São Paulo: Brasiliense, 2012. LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Componente Curricular: Filosofia II
Carga Horária: 68 horas
Ementa: Ética: o agir humano, a liberdade, emoções, violência, razão prática. Estética: o belo, o gosto, a indústria cultural. Filosofia Política: poder, democracia, cidadania, direitos, Estado.
Bibliografia Básica: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento . Rio de Janeiro: Zahar, 1985. ARENDT, Hannah. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. DESCARTES, René. Regras para a orientação do espírito . São Paulo: Martins Fontes, 2012. JASPERS, Karl. Introdução ao pensamento filosófico . São Paulo: Cultrix, 2011. KANT, Immanuel. Crítica da razão pura . Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2015. KONDER, Leandro. O que é dialética . São Paulo: Brasiliense, 2012. GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos . Rio Janeiro: Zahar, 2020. MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe . MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia . Rio de Janeiro: Zahar, 2007. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . Rio de Janeiro: Zahar, 2007. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein . Rio de Janeiro: Zahar, 2007. MARIÁS, Julián. História da filosofia . São Paulo: Martins Fontes, 2004. PECORARO, R. (org.). Os filósofos: clássicos da filosofia v. 3 . Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. PLATÃO. A República . Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004. RUSH, Fred (org.). Teoria crítica . Aparecida: Ideias & Letras, 2008. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Componente Curricular: **Língua Portuguesa e Literatura I**



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Carga Horária: 136 horas

Ementa:

- 1- Língua e linguagem; Signo Linguístico; Linguagem verbal e não-verbal.
- 2- O Português no/do Brasil: unidade e diversidade linguística; Norma, variação linguística (diastrática, diatópica, diafásica) e preconceito linguístico; especificidades da escrita e da oralidade.
- 3- Texto e elementos da textualidade; coesão e coerência; intertextualidade (paráfrase, paródia, citação; alusão).
- 4- Ambiguidade; ironia e humor.
- 5- Gênero textual x tipo textual.
- 6- Gêneros textuais na internet: e-mail; blog; post (entre outros).
- 7- Arte e Literatura; Agentes da produção artística; noções de representação.
- 8- Texto literário x não literário; funções do texto literário; Linguagem literária; denotação e conotação.
- 9- Gêneros literários: o lírico, o épico, o narrativo e o dramático; Divisão tripartida de Aristóteles e suas limitações.
- 10- Conto.
- 11- Crônica.
- 12- Estilos Literários (noção de periodização literária).
- 13- Origens da Literatura em língua Portuguesa; Trovadorismo; Humanismo português; Classicismo.
- 14- Literatura de Viagens e o projeto colonial português. A carta de Caminha e a representação do indígena. O descobrimento na visão dos modernistas brasileiros. A paródia em Oswald de Andrade.
- 15 – Literatura indígena 1
- 16 - Padre José Anchieta: poemas e autos de persuasão.
- 17 - Argumentação e persuasão. Eficácia e falácia argumentativas.

Bibliografia Básica:

- AMÂNCIO, Íris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos (org.). **Literaturas Africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1998.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio. Volume 1. Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Componente Curricular: **Língua Portuguesa e Literatura II**

Carga Horária: 136 horas

Ementa:

1-O discurso eurocêntrico sobre os afro-brasileiros em Padre Vieira e Gregório de Matos. Charges e poemas satíricos. Argumentação e persuasão no Barroco brasileiro. Contraponto contemporâneo. 2 - Ciência x razão – princípios para a explicação do mundo. Iluminismo e Arcadismo. Idealização da vida no campo. Arcadismo brasileiro e engajamento político. Igualdade, liberdade e busca da felicidade: juventude e inconfidência mineira: poetas árcades. 3- Romantismo: o projeto literário. Romantismo no Brasil: o projeto de construção da nacionalidade, a idealização do índio e da pátria, a poesia social. O romance urbano, o romance indianista e o regionalista. 4- Realismo e Naturalismo. O ideal do cientificismo. Machado de Assis e a análise crítica da sociedade brasileira (contos e romances). 5- Parnasianismo e Simbolismo: articulações entre o sujeito e o outro; aspectos poéticos de uso da linguagem. 6- Articulações entre análise morfosintática das classes gramaticais e aspectos semânticos em diferentes gêneros textuais. Relações entre classes gramaticais, aspectos coesivos e efeitos de sentido. 8 - Pré-modernismo: tradição e rupturas. 9 - As Vanguardas Europeias e a oposição ao pensamento racionalista no campo das diferentes linguagens. 10- Da Semana de 22 ao Romance de 30: inovações, misticismo e consciência social no Modernismo Brasileiro. 11- Manifesto, carta e artigo de opinião: estratégias argumentativas.

Bibliografia Básica:



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

AMÂNCIO, Íris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos (org.). **Literaturas Africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio. Volume 1. Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Componente Curricular: **Língua Portuguesa e Literatura III**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

1. Argumentação na redação do ENEM. 2. A estruturação do período. Pontuação. 3. Gêneros discursivos relacionados ao mundo do trabalho: curriculum vitae / relatório. 4. Poesia da Geração de 45 e Concretismo. 5. A prosa pós-moderna. 6. Movimentos



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

artísticos das décadas de 1950-1970: Bossa Nova, Cinema Novo, Tropicalismo e outros. 7. Tendências contemporâneas em prosa e em poesia. 8. Literaturas africanas de expressão portuguesa.

Bibliografia Básica:

AMÂNCIO, Íris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos (org.). **Literaturas Africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio. Volume 1. Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"

Componente Curricular: **Sociologia I**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- 1) Surgimento da Sociologia; Ciência e modernidade; Relação indivíduo e sociedade; Socialização e instituições sociais.
- 2) Cultura e civilização; Evolucionismo social; Etnocentrismo; Racismo.
- 3) Cultura e identidade; Raça, etnia e multiculturalismo; Identidade social; Relativismo cultural.
- 4) Cultura e ideologia; Cultura de massa; Indústria cultural; Meios de comunicação de massa.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. 35ª edição. Brasília: Editora Brasiliense, 1993
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Abril Cultural, 1973b. p. 465-504. (Coleção Os Pensadores. v. XXXIII)
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitem, 2010
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- OLIVEIRA, Luiz. F.; COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.
- QUINTANEIRO, Tania et al. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª edição. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza. (Orgs.). **Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: SP/Estação Ciência, 1996, p. 153-177.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, Afrânio. et al. **Sociologia em movimento**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- SILVA JUNIOR, Diomario da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; FERREIRA, Michele Guerreiro; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da (Orgs.) **Pedagogias Decoloniais e Antirracismos: a Potência das Práxis Decoloniais**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Componente Curricular: **Sociologia II**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

- 1) Trabalho e sociedade; Trabalho na perspectiva das Ciências Sociais; Racionalização do trabalho; Sistemas flexíveis de produção; Trabalho no cenário atual.
- 2) Estrutura, estratificação e desigualdades sociais; Formas de estratificação; Desigualdades sociais no Brasil
- 3) Poder, política e Estado; Formas de exercício do poder; Relações de poder na sociedade contemporânea; Modelos de estado; Formação do Estado brasileiro.
- 4) Movimentos sociais; Ação coletiva; Movimentos sociais tradicionais; Novos movimentos sociais

Bibliografia Básica:

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- _____. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAÚJO, Clara. **Cidadania democrática e inserção política das mulheres**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 9, setembro de 2012.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**, [organiza. — 1ª- ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008
- GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- OLIVEIRA, Luiz. F.; COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4º ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.
- SILVA, Afrânio. et al. **Sociologia em movimento**. 2º ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- WEBER, Max. **Ciência e política**. São Paulo: Cultrix, 2011.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

Componente Curricular: **Biologia I**



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Carga Horária: 68 horas
Ementa: A Biologia enquanto ciência; Origem da vida e processos evolutivos; Organização celular e biomolecular dos seres vivos; Reprodução e fases da vida humana.
Bibliografia Básica: CAMPBELL N.A., REECE J. B. Biologia . 8ª Ed. Artmed, São Paulo, 2010. GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza . Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020. PURVES, W. K.; HILLIS, D. M.; ORIANI, G. H.; SADAVA, D.; HELLER, H. C. Vida – A Ciência da Biologia – Volume II 8ª ed. Artmed – São Paulo, 2009.

Componente Curricular: Biologia II
Carga Horária: 68 horas
Ementa: Especiação e extinção; Biodiversidade; Comportamento, organização e interação entre os seres vivos; Ciclagem da matéria e fluxo de energia nos ecossistemas; Mudanças climáticas e sustentabilidade.
Bibliografia Básica: AMPBELL N.A., REECE J. B. Biologia . 8ª Ed. Artmed, São Paulo, 2010. GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza . Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020. PURVES, W. K.; HILLIS, D. M.; ORIANI, G. H.; SADAVA, D.; HELLER, H. C. Vida – A Ciência da Biologia – Volume II 8ª ed. Artmed – São Paulo, 2009. RICKEFS, R. A Economia da Natureza . 6ª Edição. Editora Guanabara Koogan. 2010.

Componente Curricular: Biologia III
Carga Horária: 68 horas
Ementa: Evolução humana; Genética e Hereditariedade; Engenharia genética e Bioética; Ambiente, saúde e qualidade de vida.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Bibliografia Básica:

AMPBELL N.A., REECE J. B. **Biologia**. 8ª Ed. Artmed, São Paulo, 2010.
GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. **Multiversos Ciências da Natureza**. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020.
GRIFFITHS, Anthony J. F. **Introdução à genética**
PURVES, W. K.; HILLIS, D. M.; ORIANI, G.; SADAVA, D.; HELLER, H. C. **Vida – A Ciência da Biologia – Volume II** 8ª ed. Artmed – São Paulo, 2009.

Componente Curricular: **Inglês I**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

1. Compreensão/Produção escrita 1: a) contexto; b) conhecimento prévio; c) estratégias de leitura (skimming, scanning, reading for specific information, inferência); d) cognatos; e) elementos não-verbais; f) gêneros discursivos; g) gêneros textuais; h) estrutura composicional dos gêneros textuais (layout); i) referências pronominais, sintagmáticas, catafóricas e anafóricas; j) leitura e análise crítica de textos e imagens; k) estratégias de tradução; l) escrita de currículo e biodata.
2. Desenvolvimento de vocabulário 1: a) campo semântico; b) sintagmas nominais e outros grupos lexicais; c) marcadores discursivos; d) processos de formação de palavras (prefixação e sufixação); e) tradução de sintagmas nominais e outros grupos lexicais; f) verbos de ação, estado e pensamento.
3. Sintaxe 1: a) tempos e aspectos verbais (Present, Past e Future – Simple, Continuous e Perfect); b) pronomes (Personal, Possessive Adjectives, Demonstrative, Object, Relative); c) genitivos; d) artigos.
4. Compreensão/Produção oral 1: apresentação profissional; apresentação pessoal; biodata.
5. Práticas de letramento: a) multiletramentos; b) multimodalidade; c) letramento crítico; d) tema e rema (introdução ao estudo dos efeitos de sentido).
6. Gêneros discursivos/textuais: a) entrevista de emprego; b) currículo; c) biodata.
7. Atravessamentos: a) interações interdisciplinares com as áreas de formação técnica; b) a influência da língua inglesa na sociedade brasileira; c) ideologias linguísticas

Bibliografia Básica:

AKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso. Mikhail Bakhtin**; organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].
EVANS, T; ST JOHN, M. **Developments in English for Specific Purposes. A multidisciplinary approach**. UK: Cambridge University Press, 2008.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, M.I.M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4a edição. London and New York: Routledge, 2014.

MULICO, L. V. **Learning from the subaltern: what does Maria Lindalva teach us about hegemonic-common-sense-ideology and text selection for English language learning materials**. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, n. 59, v. 1, p. 129-150, jan./abr. 2020.

VINCE, M. **Elementary language practice**. Oxford: Macmillan, 1999.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional**. Campinas, S.P.: Mercado das Letras, 2014.

MURPHY, R. **English Grammar in Use**. Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

MULICO, L. V. **O ensino transgressivo da língua inglesa em uma escola técnica de nível médio: usos e reflexões de um professor-escritor sobre sua unidade didática para o letramento crítico**/ Lesliê Vieira Mulico. – Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGILA, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/124zhczz99-x4rrWRpFubCn346UyLoCV0/view>. Acesso: 25 jun. 2020.

MULICO, L. V.; MAIA, J. **Descoleções e remixes na aprendizagem de língua inglesa: um estudo de caso em uma escola pública**. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, n. 2. Campinas: IEL/UNICAMP, 2016, p. 319-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v55n2/0103-1813-tla-55-02-00319.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SWAN, M. **Practical English Usage**. Oxford University Press, Oxford, 2003.

Componente Curricular: **Inglês II**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

11. Compreensão/Produção escrita 2: a) implicaturas; b) falsos cognatos; c) intertextualidade (paródia, paráfrase, citação, alusão); g) gêneros do discurso: j) gêneros textuais; k) referências pronominais e sintagmáticas, exofóricas; l) leitura e análise crítica de textos, inclusive multimodais; m) multiletramentos e multimodalidade; figuras de linguagem (sarcasmo, ironia, metáfora, metonímia, aliteração).

2. Desenvolvimento de vocabulário 2: a) correlação semântica (hiperônimos, hipônimos e merônimos); b) sintagmas e paradigmas lexicais; c) marcadores discursivos; d) processos de formação de palavras (prefixação, sufixação e justaposição); e) tradução de sintagmas e outros grupos lexicais; f) verbos de ação, estado, pensamento.

3. Sintaxe 2: a) tempos e aspectos verbais (Present, Past e Future – Simple, Continuous e Perfect); b) modalização/modulação (epistêmica/deôntica); c) comparativos e superlativos; d) preposições; e) coordenação e subordinação.

4. Compreensão/Produção oral 2: a) ritmo fônico; b) retórica do confronto de ideias;



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

c) implicatura das entoações; figuras de linguagem (sarcasmo, ironia, metáfora, metonímia, aliteração); interdiscursividade (paródia, paráfrase, citação, alusão).
5. Práticas de letramento: a) multiletramentos; b) multimodalidade; c) letramento crítico; d) tema e rema (efeitos de sentido em frases coordenadas e subordinadas).
6. Gêneros discursivos/textuais: a) texto argumentativo; b) debate; c) relatório.
7. Atravessamentos: a) interações interdisciplinares com as áreas de formação técnica; b) a influência da língua inglesa no mundo globalizado; c) ideologias linguísticas.

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Mikhail Bakhtin; organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

EVANS, T; ST JOHN, M. **Developments in English for Specific Purposes. A multidisciplinary approach**. UK: Cambridge University Press, 2008.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, M.I.M. **Halliday's introduction to functional**

grammar. 4a edição. London and New York: Routledge, 2014.

MULICO, L. V. **Learning from the subaltern: what does Maria Lindalva teach us about**

hegemonic-common-sense-ideology and text selection for English language learning materials. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, n. 59, v. 1, p. 129-150, jan./abr. 2020.

VINCE, M. **Elementary language practice**. Oxford: Macmillan, 1999.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional**. Campinas, S.P.: Mercado das Letras, 2014.

MURPHY, R. **English Grammar in Use**. Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

MULICO, L. V. **O ensino transgressivo da língua inglesa em uma escola técnica de nível médio: usos e reflexões de um professor-escritor sobre sua unidade didática para o letramento crítico/** Lesliê Vieira Mulico. – Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGILA, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/124zhczz99-x4rrWRpFubCn346UyLoCV0/view>. Acesso: 25 jun. 2020.

MULICO, L. V.; MAIA, J. **Descoleções e remixes na aprendizagem de língua inglesa: um estudo de caso em uma escola pública**. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 55, n.

2. Campinas: IEL/UNICAMP, 2016, p. 319-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v55n2/0103-1813-tla-55-02-00319.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SWAN, M. **Practical English Usage**. Oxford University Press, Oxford, 2003.

Componente Curricular: **Matemática I**

Carga Horária: 136 horas

Ementa:



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Conjuntos; Função; Função Afim; Função Quadrática; Função Exponencial; Função Logarítmica; Progressão Aritmética; Progressão Geométrica; Matemática Financeira.

Bibliografia Básica:

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar: coleção.** 7.ed. São Paulo: Atual, 2004.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações.** Coleção Ensino Médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: Ática, 2011.

GIOVANNI, José Ruy. BONJORNO, José Roberto. **Matemática: uma nova abordagem.** 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2010.

IEZZI, Gelson. et.al. **Matemática: ciência e aplicações.** 5.ed. São Paulo: Atual, 2010.

SILVA, Claudio Xavier da. BARRETO FILHO, Benigno. **Matemática aula por aula: ensino médio.** 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2005

Componente Curricular: **Matemática II**

Carga Horária: 102 horas

Ementa:

Matrizes e Determinantes; Áreas de figuras planas; Poliedros; Prismas; Cilindros; Pirâmides; Cones; Esferas.

Bibliografia Básica:

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar: coleção.** 7.ed. São Paulo: Atual, 2004.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações.** Coleção Ensino Médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: Ática, 2011.

GIOVANNI, José Ruy. BONJORNO, José Roberto. **Matemática: uma nova abordagem.** 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2010.

IEZZI, Gelson. et.al. **Matemática: ciência e aplicações.** 5.ed. São Paulo: Atual, 2010.

SILVA, Claudio Xavier da. BARRETO FILHO, Benigno. **Matemática aula por aula: ensino médio.** 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2005.

Componente Curricular: **Matemática III**

Carga Horária: 68 horas



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Ementa:

Geometria analítica: Plano cartesiano, ponto médio, Distância entre pontos, Área de triângulo e polígonos, Retas, Circunferência; Análise Combinatória: Princípio da contagem, permutação, Combinação; Probabilidade; Estatística.

Bibliografia Básica:

EZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar**: coleção. 7.ed. São Paulo: Atual, 2004.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações**. Coleção Ensino Médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: Ática, 2011.

GIOVANNI, José Ruy. BONJORNO, José Roberto. **Matemática: uma nova abordagem**. 1, 2, 3 .ed. São Paulo: FTD, 2010.

IEZZI, Gelson. et.al. **Matemática: ciência e aplicações**. 5.ed. São Paulo: Atual, 2010.

SILVA, Claudio Xavier da. BARRETO FILHO, Benigno. **Matemática aula por aula: ensino médio**. 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2005

Componente Curricular: **Geografia I**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

Geopolítica:

- Fim da Segunda Guerra Mundial e a reconfiguração da geopolítica global
- O papel dos principais atores e organizações que atuam no cenário internacional contemporâneo
- Conflitos na ordem mundial atual
- Geopolítica energética:
 - Fontes de energia
 - A matriz energética mundial e brasileira
 - Segurança energética e relações de poder entre as nações a partir da produção e comercialização energética
- Cartografia e geopolítica

2º Trimestre – O ESPAÇO INDUSTRIAL

- O desenvolvimento do capitalismo e as revoluções industriais
- A Divisão Internacional do Trabalho e suas mudanças
- Fatores de localização industrial e a distribuição espacial da indústria
- Modelos de industrialização
- Flexibilização dos processos produtivos
- Organização do território e industrialização brasileira

3º Trimestre – GLOBALIZAÇÃO

- A formação do meio técnico-científico-informacional
- Redes de transporte e comunicação no mundo globalizado
- Efeitos da Globalização para o capital financeiro e o mundo do trabalho
- Blocos econômicos e os diferentes tipos de integração regional



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- Fóruns de discussão e cooperação econômica
- A inserção do Brasil nas redes globalizadas
- Globalização e meio ambiente
- A globalização da agenda ambiental

Bibliografia Básica:

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de análise e instituições.**

4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Blocos internacionais de poder.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

HAESBAERT, Rogério. (org.) **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo.** Niterói: EdUFF, 1998.

HAESBAERT, Rogério e GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova desordem mundial.** São Paulo: UNESP, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

MATOS, Ralfo e SOARES, Weber. **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes**

no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil.** 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENE, EUSTAQUIO DE. **Globalização e espaço geográfico.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Ed. AlfaOmega, 1995

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas.** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Componente Curricular: **Geografia II**

Carga Horária: 68 horas



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Ementa:

1º Trimestre: O ESPAÇO URBANO

- Critério de definição de cidades
- Urbanização de países centrais e periféricos: causas e diferenças
 - Urbanização e Metropolização:
- Conurbação e tipos de aglomerações urbanas
- Os processos de formação das metrópoles, megalópoles, desmetropolização, cidades globais e megacidades
- Urbanização brasileira
 - Rede e Hierarquia urbana
 - Organização interna das cidades
- Centralização
- Segregação socioespacial, favelização e gentrificação
- Agentes modeladores do espaço urbano
- Sítio urbano e paisagem urbana
 - Problemas socioambientais urbanos e direito à cidade
 - Planejamento urbano
- Políticas de planejamento urbano
- Estatuto da Cidade e dos planos diretores

2º Trimestre: O ESPAÇO RURAL

- Espaço rural e modernização da agricultura
- Definição de espaço rural
- Modernização da agricultura
- Revolução Verde
 - Cadeias produtivas
 - Complexo agroindustrial
 - Agronegócio
- Transportes, logística e comércio internacional de alimentos
 - Sistemas e técnicas agrícolas e de pecuária
- Sistemas intensivos X extensivos
- Caracterização e espacialização de diferentes sistemas agrícolas no mundo
- Técnicas modernas da agricultura
- Impactos ambientais, técnicas mitigadoras e sistemas agrícolas sustentáveis
 - Espaço rural brasileiro
- Caracterização e espacialização dos principais cultivos e sistemas agrícolas
- Expansão da Fronteira agrícola e escoamento da produção
- Estrutura fundiária
- Principais atores e relações de trabalho
- Conflito e movimentos sociais no campo
- Reforma agrária
- As novas ruralidades

3º Trimestre: DINÂMICA POPULACIONAL

- Estrutura etária da população e o processo de transição demográfica
- Teorias populacionais
- Indicadores sociodemográficos
- População economicamente ativa e mercado de trabalho
- Estudos de caso no Brasil e no mundo: a questão previdenciária, políticas



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

demográficas, diversidade étnico-cultural da população

Bibliografia Básica:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CORREA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DORA, Martins; VANALLI, Sônia. **Migração**. São Paulo: Contexto, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Lisboa: Documentos, 1978.

MOREIRA, Ruy. **A formação do espaço agrário**. Brasiliense, São Paulo, s.d.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 11ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 2006.

VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Componente Curricular: **Física I**

Carga Horária: 102 horas



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Ementa:

- .Introdução à Física: A Física e o Método Científico.
- .Cinemática escalar: Partícula; referencial; velocidade; aceleração; Movimento Uniforme e Uniformemente Variado.
- .Cinemática Vetorial.
- .Dinâmica: Forças; leis de Newton e suas aplicações.
- .Energia: Trabalho; Potência e Energia Mecânica.
- .Leis de Conservação: Energia e Momento.
- .Gravitação.
- .Mecânica dos Fluidos

Bibliografia Básica:

- ODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. **Multiversos Ciências da Natureza**. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020.
- PIETROCOLA, M.; POGIBIN, A.; ANDRADE, R.; ROMERO, T. R. **Física – Conceitos e Contextos: Pessoal, Social, Histórico**. Vol. 1. São Paulo: FTD, 2013.
- GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, R. D. **Tópicos de Física**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2007.

Componente Curricular: Física II

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

- . Termodinâmica: Temperatura e calor; Termometria; dilatação térmica; Calorimetria; gases ideais; leis da Termodinâmica e máquinas térmicas.
- . Óptica Geométrica: Propriedades da luz; espelhos e lentes delgadas; o olho humano.
- . Ondulatória: Movimento Harmônico Simples (MHS); ondas mecânicas e eletromagnéticas; movimento ondulatório; propriedades das ondas; interferência e difração; ondas sonoras, suas propriedades e aplicações.

Bibliografia Básica:

- GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. **Multiversos Ciências da Natureza**. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020.
- PIETROCOLA, M.; POGIBIN, A.; ANDRADE, R.; ROMERO, T. R. **Física – Conceitos e Contextos: Pessoal, Social, Histórico**. Vol. 2. São Paulo: FTD, 2013.
- GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, R. D. **Tópicos de Física**. Vol.2. São Paulo: Saraiva, 2007.

Componente Curricular: Física III

Carga Horária: 68 horas



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Ementa:

. Eletrostática: Carga elétrica; eletrização; força elétrica e campo elétrico; potencial elétrico; condutores em equilíbrio eletrostático; capacitores.

. Eletrodinâmica: Corrente elétrica; resistência e resistividade; associação de resistores; circuitos elétricos; geradores e receptores.

. Magnetismo e Eletromagnetismo: ímãs e campo magnético; força magnética; fontes de campo magnético; indução eletromagnética.

. Física Moderna: Teoria da Relatividade; introdução às ideias da Mecânica Quântica.

Bibliografia Básica:

ODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. **Multiversos Ciências da Natureza**. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020.

PIETROCOLA, M.; POGIBIN, A.; ANDRADE, R.; ROMERO, T. R. **Física – Conceitos e Contextos: Pessoal, Social, Histórico**. Vol. 3. São Paulo: FTD, 2013.

GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, R. D. **Tópicos de Física**. Vol.3. São Paulo: Saraiva, 2007.

Componente Curricular: **Química I** (Química Geral e Inorgânica)

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

Matéria.

Átomo.

Radioatividade.

Tabela periódica e propriedades periódicas.

Ligações químicas interatômicas e intermoleculares.

Número de oxidação.

Funções inorgânicas: óxidos, bases, ácidos e sais.

Reações químicas.

Bibliografia Básica:

USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. **Química**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CISCATO, Carlos Alberto Mattoso; PEREIRA, Luis Fernando; CHEMELLO, Emiliano. **Química I**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

Livros do PNLD.

Componente Curricular: **Química II** (Química Orgânica)



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

Introdução e histórico da Química Orgânica – Hidrocarbonetos – Álcool – Enol – Fenol – Éter – Aldeído – Cetona – Ácido Carboxílico – Éster – Sal de ácido carboxílico – Amina – Amida – Nitrocomposto – Haletos Orgânicos – Isomeria – Acidez e basicidade dos compostos orgânicos – Propriedades Físicas dos compostos orgânicos – Reações Orgânicas.

Bibliografia Básica:

USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. **Química**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CISCATO, Carlos Alberto Mattoso; PEREIRA, Luis Fernando; CHEMELLO, Emiliano. **Química III**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

Livros do PNLD.

Componente Curricular: **Química III** (Físico-química)

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

Mol – Estequiometria – Soluções – Termoquímica – Cinética Química – Equilíbrio Químico – Equilíbrio Iônico – Eletroquímica

Bibliografia Básica:

USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. **Química**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CISCATO, Carlos Alberto Mattoso; PEREIRA, Luis Fernando; CHEMELLO, Emiliano. **Química II**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

Livros do PNLD.

Componente Curricular: **História I**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

Brasil Colônia (1500-1822)

- Expansão Marítima europeia e a chegada nas Américas
- Os povos originários no Brasil
- O processo colonial no Brasil – séculos XVI e XVII: etnocentrismos e choque cultural
- A escravidão indígena e africana



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- Zumbi de Palmares e os movimentos de luta contra a escravidão
- O processo de mineração do século XVIII e a Guerra dos Emboabas
- Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798)
- O período Joanino: a fuga da família real portuguesa, as mudanças no Rio de Janeiro e no Brasil a partir de 1808
- A Elevação do Brasil à Reino Unido de Portugal e Algarves (1815), a Revolução Pernambucana (1817) e a Revolução do Porto (1820)
- O processo de independência do Brasil (1822)
- Brasil Império (1822-1889)
- Primeiro Reinado (1822-1831)
- A constituição de 1824 e seus efeitos
- A Confederação do Equador (1824) e a Guerra da Cisplatina
- As disputas políticas e a centralização do poder de D. Pedro I: questões com o federalismo
- A morte de D. João VI, as disputas pela coroa portuguesa e a ida de D. Pedro I para Portugal
- Período Regencial (1831-1840)
- O estabelecimento das regências e suas fases (Regência Uma Provisória, Uma Permanente e Trina)
- A importância de Antônio Feijó e suas relações com as lideranças das províncias
- As revoltas do período regencial:
 - Revolta do Malês (1835, Bahia)
 - Sabinada (1837-1838, Bahia)
 - Cabanagem (1835-1840, Grão-Pará)
 - Balaiada (1838-1841, Maranhão)
 - Farroupilha (1835-1845, Rio Grande do Sul)
- O “Golpe da Maioridade” de D. Pedro II e o início do segundo reinado em 1840
- Segundo Reinado (1822-1831)
- A políticas: Liberais x Conservadores
- O Café: do Vale do Paraíba ao oeste paulista
- A Era Mauá e o desenvolvimento das ferrovias
- Modernidade e a expansão das cidades na segunda metade do século XIX
- Nacionalismo e a formação identitária brasileira: narrativas
- A Guerra do Paraguai e seus efeitos
- Crise do Império: questões abolicionista, religiosa e militar
- Abolicionismo: leis e movimentos até a Lei Áurea (1888)
- Proclamação da República e fim do Império em 1889

Bibliografia Básica:

OXER, Charles. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CALAINHO, Daniela. **Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial**. Bauru: EDUSC, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2017.

NEVES, Lúcia. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **E o Vale era o escravo. Vassouras - século XIX. Senhores e escravos no Coração do Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Nostalgia imperial. Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Companhia, 1995.

_____. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI N° 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Componente Curricular: **História II**

Carga Horária: 68 horas

Ementa:

Primeira República no Brasil (1889-1930)

A República da Espada (1889-1894)

- Governos Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894)

- A constituição de 1891

- Política do Encilhamento e seus efeitos

- Positivismo, racismo e política do branqueamento

- Revoltas da Armada

- Revolução Federalista

A República Oligárquica (1894-1930)

- Política dos Governadores e Política do Café-com-leite



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

- Coronelismo, voto de cabresto e a ausência de liberdade e democracia
- Belle Époque e seus efeitos urbanísticos, estéticos e sociais no Brasil
- Modernidade, nacionalismo e identidade no início do século XX
- Revoltas do período oligárquico: Guerra de Canudos, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Guerra do Contestado, Revolta do 18 do Forte, entre outras
- A Semana de Arte Moderna e os festejos do Centenário da Independência (1922)
- O movimento tenentista dos anos 1920
- A Coluna Prestes
- A Revolução de 1930 e a entrada de Vargas no poder. Era Vargas (1930-1945)
Governo Provisório (1930-1934) Governo Constitucional (1934-1937) Ditadura do Estado Novo (1937-1945)
- . Período Nacional Desenvolvimentista (1945-1964)
Governo Dutra (1946-1951), Segundo Governo Vargas (1951-1954), Governo JK (1955-1960),
Governo Jânio Quadros (1960) e Governo Jango (1961-1964)
- . Ditadura Civil-Militar (1964-1985)
Governo Castelo Branco (1964-1967), Governo Costa e Silva (1967-1969), Governo Médici (1969-1974), Governo Geisel (1974-1979) e Governo Figueiredo (1979-1985)
- . Nova República (desde 1985) Governo Sarney (1985-1990), Governo Collor (1990-1992), Governo Itamar Franco (1992-1994), Governo FHC (1995-2002), Governo Lula (2003-2010), Governo Dilma (2011-2016), Governo Temer (2016-2018) e Governo Bolsonaro (2018-2022).
- Compreender as origens da formação social brasileira;
- Identificar a pluralidade étnica que compõe a sociedade brasileira;
- Interpretar os processos históricos em articulação com os sujeitos sociais;
- Caracterizar o lugar do Brasil na formação do Mundo Contemporâneo;
- Apreender as diversas formas de manifestações culturais e suas demais representações articuladas ao processo histórico-social;
- Compreender os diversos processos de sociais de organização das manifestações ideológicas que constituem a cultura política brasileira colonial;
- Avaliar as formas de constituição da riqueza e os excedentes da produção ao longo do tempo na constituição da história do Brasil;
- Desenvolver a compreensão crítica sobre a organização da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

- BOXER, Charles. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla. G. (Org.). **A República no Brasil - trajetórias de vida na ditadura e na democracia**. 1. ed. Niteroi: EDUFF, 2019.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política e 2016. Quinta República**



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

(1985-2016). Coleção O Brasil Republicano, vol. 5).. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **O tempo do liberalismo oligárquico. Da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Primeira República (1889-1930). Coleção O Brasil Republicano, vol. 2.. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **O tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985).** Coleção O Brasil Republicano, vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Terceira República (1945-1964).** Coleção O Brasil Republicano, vol. 3.. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945)** (Coleção O Brasil Republicano, vol. 2). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **As esquerdas no Brasil. A formação das tradições (1889-1930).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

QUADRAT, Samantha.; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX.** Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de

1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

3.2. Perfil do Corpo Docente – Núcleo Estruturante

Os professores das disciplinas do núcleo estruturante são os atuais componentes do quadro de docentes lotados na Coordenação do Ensino Médio Integrado da Uned, e integram o corpo de docentes do Curso Técnico em Produção Cultural, conforme segue abaixo:

Alessandra Cristina Moreira de Magalhães

Licenciada em Português, Doutora em Literatura Comparada



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Ana Carolina Ferraz dos Santos

Licenciada em Geografia, Mestre em Geografia

Dayanne Fernandes Amaral

Licenciada em Física, Mestre e Doutora em Física (UFF).

Felipe Gonçalves Pinto

Licenciado em Filosofia, Doutor em Filosofia

Gilberto Gil Fidélis Gomes Passos

Licenciado em Matemática, Mestre em Matemática

Hugo Carlos da Rosa Esquivel

Licenciado em Matemática e Mestre em Matemática.

Hugo Monsores Leôncio

Bacharel em Química, Mestre em Química.

Julianna de Souza Cardoso Bonfim

Doutora em Literatura Portuguesa pela UERJ (2019). Mestra em Literatura Portuguesa pela UERJ (2013) e licenciada e bacharela em Letras - Português/Literaturas pela mesma universidade (2010)

Lesliê Vieira Mulico

Licenciado em Língua Inglesa, Doutor em Interdisciplinar de Linguística Aplicada

Luciana Ferrari Espíndola

Licenciada em Biologia, Mestre e Doutora em Biologia

Marcela Stuker Kropf

Licenciada em Biologia, Pós-doutorado em Geografia na PUC-RJ, Doutorado em Ciências (UFRRJ), Mestrado em Botânica (UFRJ).



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Marcia Menezes

Licenciada em Sociologia, Mestre e Doutora em Sociologia

Mariana da Silva Lima

Licenciada em Português, Doutora em Letras, Pós-Doutorado em Letras.

Patrícia Haryella Amantino Manso

Licenciada em Física, Doutora em Física.

Paulo Sergio Rosa Fernandes

Licenciado em Química, Mestre e Doutor em Química.

Rebeca Cardozo Coelho

Licenciada em Educação Física, Mestre e Doutora em Educação Física

Saulo Santiago Bohrer

Licenciado em História, Mestre e Doutor em História.



Wagner Dias Santos

Licenciado em Matemática, Mestre em Matemática.

V. REFERÊNCIAS

Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia II [recurso eletrônico] / organizadores Leandro Valiati [e] Ana Letícia do Nascimento Fialho. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. 198 p. : pdf. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198717/001100771.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 14 fev. 2023.

Caderno de cultura do estado do Rio de Janeiro / Glaucio Marafon e Geiza Rocha, organização. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. 71 p.. Disponível em <https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/publicacoes-4/item/download/24_7f78a81eea58a2a9e121f6ad151fdbe8>. Acesso em 14 fev. 2023.

DECRETO Nº20074 DE 15 DE JUNHO DE 1994



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

DECRETO Nº 45.290/2015 – Altera o artigo 11 do Decreto nº 44.013 de 02 de janeiro de 2015, que dá nova redação ao Decreto nº 42.292 de 11 de fevereiro de 2010.

DECRETO Nº 46.570/2019 – Regulamenta a Secretaria competente para receber o pedido de concessão de crédito presumido.

DECRETO Nº 46.981/2020 – Regulamenta o Fundo Estadual de Cultura.

DECRETO Nº 6.177, DE 1º DE AGOSTO DE 2007. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005

DECRETO Nº47.718/2021 - Dispõe sobre o aproveitamento de créditos de ICMS relacionados aos benefícios fiscais a que se referem as leis estaduais nº7.035, de 07 de julho de 2015 e nº8.266, de 26 de dezembro de 2018.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012;

Documento-Base “Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio” (MEC, 2007);

Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf>. Acesso em 14 fev. 2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA FEC No 08 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019

Jordão, Gisele Panorama setorial da cultura brasileira 2011/2012 / Gisele Jordão, Renata R. Allucci – São Paulo : Allucci& Associados Comunicações, 2012. 216 p. : color..

Disponível em < http://panoramadacultura.com.br/wp-content/uploads/2019/04/pscb_2011-2012.pdf>. Acesso em 23 fev. 2023.

JORDÃO, Gisele. Panorama setorial da cultura brasileira 2013-2014 / Gisele Jordão, Renata Rendelucci Allucci – São Paulo : Allucci & Associados Comunicações, 2014. 232 p. : 11., color. Disponível em < http://panoramadacultura.com.br/wp-content/uploads/2019/04/pscb_2013-2014.pdf>. Acesso em 23 fev. 2023.

_____. Panorama setorial da cultura brasileira 2017-2018/ coordenado por Gisele Jordão – São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2018. 164 p. : 11., color. Disponível em < http://panoramadacultura.com.br/wp-content/uploads/2019/04/pscb_2017-2018.pdf>. Acesso em 23 f3v. 2023.

KEESING, Roger. "Theories of Culture". Annual Review of Anthropology, vol.3. Palo Alto, Califórnia.1974.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Versão atualizada;

Lei Federal 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC.

LEI Nº 1940 DE 31.12.92

LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

Lei no 1954, de 26 de Janeiro de 1992

LEI Nº 7.035/2015 – Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo a Cultura, e apresenta como anexo único as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura.

LEI Nº 8.266/2018 – Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a reinstaurar o incentivo fiscal de que trata a lei estadual número 1954/992 e dá outras providências.

Lei nº 9047/2020 - Dispõe sobre a contratação de jovens em projetos e eventos esportivos e culturais beneficiados pela Lei nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018.

Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008 (altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio).

Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024;

Organização Didática do IFRN - *Versão para consulta pública à comunidade acadêmica do IFRN* (2012);

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – CEFET/RJ;

Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio/ Unidade Nova Iguaçu (2012);

Projeto Pedagógico Institucional (PPI) – CEFET/RJ;

Referenciais pedagógicos para a implementação do Ensino Médio Integrado - CEFET-RJ/Unidade do Maracanã (2013);

SOLUÇÃO CONJUNTA SEELJE/SECEC Nº 96/2019 - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e esportivos que trata a Lei nº 8.266/2018 e o Decreto nº 46.538/2018.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET/RJ)

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

RESOLUÇÃO Nº 103/2020 - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Aprovação de Projetos CAP

RESOLUÇÃO Nº 149/2021 - Institui comunicação entre a SECEC e patrocinador sobre o Fundo Estadual de Cultura - FEC.

RESOLUÇÃO Nº 154/2021 - Estabelece parâmetros para adequação dos projetos incentivados pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura n 8.266/2018, tendo em vista os procedimentos preventivos ao contágio pela covid-19 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 162/2020 - Altera a Comissão de Aprovação de Projetos - CAP e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 168/2021 - Regulamenta os procedimentos para apresentação e análise das prestações de contas (para projetos inscritos a partir de 2021) pertinentes à aplicação de recursos em projetos culturais realizados por meio de incentivo fiscal para fomento indireto, a que se refere as Leis Estaduais nº 8.266, de 26/12/2018, e Lei 7.035/2015 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 195/2022 – Apresentação de projetos culturais em caráter excepcional.

RESOLUÇÃO Nº 89/2020 - Dispõe sobre a apresentação de projetos culturais a serem realizados com recursos de renúncia fiscal, conforme previsto pela Lei Estadual nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018, pela Lei Estadual nº 7.035, de 7 de julho de 2015, e pelo Decreto nº 46.538, de 27 de dezembro de 2018.

RESOLUÇÃO Nº 019/2019 - Regulamenta os procedimentos para apresentação e análise das prestações de contas (para projetos inscritos entre 2019 e 2021) pertinentes à aplicação de recursos em projetos culturais, realizados por meio de incentivo fiscal para fomento indireto, a que se refere as Leis Estaduais nº 8.266, de 26/12/2018, e Lei nº 7.035/2015, e dá outras providências.

Resolução nº1, de 03 de fevereiro de 2005 (atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004);

Resolução nº1, de 15 de maio de 2009 (dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB);

Resolução nº2, de 30 de janeiro de 2012 (define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio);

Resolução nº4, de 16 de agosto de 2006 (altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio);

Anexo 1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow
DIRETORIA DE ENSINO

Implementação das Práticas Profissionais na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

Unidade: Maria da Graça

Curso da EPTNM: Produção Cultural

E-mail (institucional) da Coordenação:

Coordenador do Curso (com siape): Luciano de Melo Dias

Professor(es) Supervisor(es) de Prática Profissional (com siape): Alberto Boscarino Junior (SIAPE 1858672); Luciano de Melo Dias (SIAPE 2466072)

Professor(es) Orientador(es) de Estágio Supervisionado (com siape): Alberto Boscarino Junior (SIAPE 1858672); Luciano de Melo Dias (SIAPE 2466072)

Número máximo de discentes a serem atendidos por cada Professor Supervisor de Prática Profissional: 15

Indique nas possibilidades apresentadas, os tipos de Práticas Profissionais adotadas pela Coordenação, de acordo com o Capítulo III da [Resolução Cepe Nº19/2024](#), e ainda, as cargas horárias mínimas e máximas, para cada opção:

Atividades a serem consideradas para composição de carga horária de Prática Profissional	Carga Horária Mínima	Carga Horária Máxima
a. Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais.	X	X
b. Disciplinas específicas de laboratório (destinadas a prática profissional).	0	68
c. Projetos de ensino, extensão e pesquisa, devidamente registrados. 20h por cada atividade no ano	0	60
d. Visitas técnicas, culturais e atividades artísticas. 4h por atividade	0	80
e. Simulações replicáveis, tais como Modelos Diplomáticos, resultantes de projetos orientados.	X	X
f. Estágio profissional supervisionado obrigatório.	0	0
g. Estágio profissional supervisionado não-obrigatório.	0	200
h. Pesquisas individuais e em equipe vinculadas a projetos institucionais ou em instituições parceiras do Cefet/RJ. 20h por atividade	0	60
i. Prestação de serviços, voluntários ou não.	X	X
j. Trabalhos de suporte técnico a atividades acadêmicas e artísticas. Expotec, Sipat, etc 10h/atividade	0	60
k. Desenvolvimento de instrumentos e/ou equipamentos.	X	X

l. Trabalho de conclusão de curso ou similares.	0	200
m. Exercício de atividade de Jovem Aprendiz ou Trainee.	0	200
n. Participação em evento (congresso, seminário, simpósio, workshop, palestra, conferência, feira) e similar, de natureza acadêmica ou profissional. 4 h por atividade	0	40
o. Atuação como empresário, inclusive MEI.	X	X
p. Atuação profissional em área correlata ao curso.	0	200
q. Monitorias de disciplinas técnicas. 60h/ano completo	0	120
r. Monitorias de disciplinas técnicas envolvendo atividades de laboratório. 60h/ano completo	0	120
s. Publicação de trabalho científico. 8h por trabalho publicado	0	24
t. Apresentação oral de trabalho científico. 6h por trabalho apresentado	0	18
u. Obtenção de Certificações na área do Curso.	0	120
v. Serviço voluntário de caráter sócio comunitário, devidamente comprovado.	X	X
w. Atuação técnica na organização e/ou operacionalização de eventos internos e/ou externos.	0	80

Observação 1: A carga horária máxima obrigatória das Práticas Profissionais não pode exceder 200 horas, salvo exceções quando essa carga horária for determinada pelos Conselhos Profissionais ou Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Observação 2: Outras atividades que não estejam previstas, dependerão de aprovação do colegiado do curso, com juntada de ata devidamente assinada pelos participantes.